



**INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM (PPGLin)
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ANNE PAULINY BRAGA ALMEIDA

**DÊIXIS SOCIAL E (IM) POLIDEZ EM REUNIÕES DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA ACERCA DA “PEC DO ABORTO”**

REDENÇÃO

2026

ANNE PAULINY BRAGA ALMEIDA

DÊIXIS SOCIAL E (IM) POLIDEZ EM REUNIÕES DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA ACERCA DA “PEC DO ABORTO”

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Linha de pesquisa: Linguagem: práticas textuais-discursivas.

Orientador: Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre
Co-Orientadora: Prof. Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva

REDENÇÃO

2026

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Almeida, Anne Pauliny Braga.

A447d

Dêixis social e im polidez em reuniões da comissão de
constituição e justiça e de cidadania acerca da PEC do aborto /
Anne Pauliny Braga Almeida. - Redenção, 2026.
85f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Em Estudos Da Linguagem,
Programa De Pós-graduação Em Estudos Da Linguagem, Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção,
2026.

Orientador: Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre.

Coorientadora: Prof. Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva.

1. Dêixis. 2. Impolidez. 3. PEC do aborto. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 401.45

ANNE PAULINY BRAGA ALMEIDA

DÊIXIS SOCIAL E (IM) POLIDEZ EM REUNIÕES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E DE CIDADANIA ACERCA DA “PEC DO ABORTO”

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Aprovada em: 27/01/2026

BANCA EXAMINADORA

KENNEDY CABRAL NOBRE

(Presidente)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

GEÓRGIA MARIA FEITOSA E PAIVA

(coorientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ADRIANA REGINA DANTAS MARTINS

(1ª examinadora)

Secretaria de Educação do Ceará (Seduc)

OTÁVIA MARQUES DE FARIAS

(2ª examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Documento assinado eletronicamente por **KENNEDY CABRAL NOBRE, PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 27/01/2026, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GEORGIA MARIA FEITOSA E PAIVA, PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 27/01/2026, às 20:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Regina Dantas Martins, Usuário Externo**, em 27/01/2026, às 22:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **OTAVIA MARQUES DE FARIAS, PROFESSOR(A) DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 28/01/2026, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

À minha amada mãe Fátima Braga, que partiu em 22 de junho de 2025, antes que visse este trabalho ficar pronto.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu tudo, a quem dedico tudo o que sou, o que tenho, minha vida e meus sonhos.

À minha mãe, Fátima Braga de Almeida, que partiu enquanto eu escrevia esta dissertação. Mulher forte, inteligente, minha amiga, conselheira, minha maior referência de vida, alegria e amor. Mãe, eu te amarei para sempre, você sempre será lembrada com amor e muito afeto. Infelizmente a senhora partiu quando eu estava fazendo este mestrado, mas sei que está orgulhosa da filha, que não desistiu, mesmo com as dificuldades.

Ao meu pai, Jorge Silva de Almeida, que tem sido presença constante em minha vida, me ajudando a superar o luto, o momento mais difícil de nossas vidas. Obrigada por tudo, pai, tenho muito orgulho do senhor, para sempre vou te amar e quero honrar tudo o que fez e faz por mim. Amo-te com todo o amor da minha alma.

A Karolina Alves de Andrade, por ser minha fortaleza, sustentar-me nos momentos mais difíceis e por me ajudar a superar o luto pela perda de minha mãe. Amo-te infinitamente, estarei sempre ao seu lado, você é luz e ilumina minha vida!

Ao meu orientador, professor Dr. Kennedy Cabral Nobre, pela paciência, incentivo, zelo e parceria em todo o processo do mestrado. Você é incrível, tenho profundo afeto por você, além de uma admiração sem medida por sua inteligência, educação e competência em tudo o que se propõe a fazer. Sou eternamente grata por tudo, você é uma pessoa inspiradora e que quero guardar para sempre em meu coração.

À minha co-orientadora, professora Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva, por todos os ensinamentos, educação, gentileza e amor ao seu trabalho. Você é mulher inspiradora, por quem tenho profunda gratidão e respeito. Sinto que você chegou no momento em que eu mais precisava! Obrigada por tudo, por todo incentivo e carinho!

Aos professores do Mestrado em Estudos da Linguagem da UNILAB, por cada ensinamento, cada aula e incentivo nessa jornada acadêmica, vocês fazem a diferença na universidade e representam o que há de melhor no MEL.

A todos os membros das bancas de qualificação e defesa que, gentilmente, leram meu trabalho e contibuíram, da melhor forma, para que este estudo acontecesse.

Às minhas colegas de mestrado, Nicaele, Bruna, Lara, Marcleide e Adriely, pela parceria, carinho, amizade e apoio durante todo o período do mestrado. Vocês são maravilhosas! Guardarei para sempre, em meu coração e memória, cada momento vivenciado juntas. Amo vocês!

Por último, expresso minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro por meio da bolsa de estudos concedida e pelo constante estímulo à atividade científica.

Agradeço de coração a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram ao longo desta jornada. Essa realização só foi possível graças ao apoio de cada um de vocês. Muito obrigada! Que Deus abençoe todos!

"Entrega o teu caminho ao Senhor; confia
n'Ele, e Ele o fará." Salmos 37:5

RESUMO

Em 2024, uma proposta de emenda à constituição chamada popularmente de “PEC do aborto” tomou conta dos noticiários brasileiros, já que visava proibir o aborto no país, mesmo em casos previstos na lei, como quando a gravidez representa risco de vida para a gestante, quando for oriunda de um estupro e quando o feto for considerado anencefálico. Diante desse cenário, dada a importância do tema, este trabalho se volta para a análise das notas taquigráficas de duas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da “PEC do aborto”, que ocorreram nos dias 13 e 27 de novembro de 2024 e coletadas no *site* da Câmara dos Deputados. Assim, nosso objetivo é analisar o emprego dos dêiticos sociais e das estratégias de (im)polidez linguística nas interações discursivas ocorridas nas sessões acerca da “PEC do aborto” da referida comissão, investigando de que modo esses recursos se articulam na construção das relações entre os participantes. Para cumprir o objetivo proposto, no que tange à dêixis social, apoiamo-nos nos estudos de Levinson (2007) quanto à dêixis relacional e suas relações: falante e ambiente, falante e referente, falante e destinatário e falante e espectador; no que se refere à (im)polidez, recorreremos às estratégias de polidez de Brown e Levinson (1987) e às estratégias de impolidez de Culpeper (1996). No que diz respeito aos aspectos metodológicos, nossa pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e de natureza qualitativa e quantitativa. Os resultados apontaram que os dêiticos sociais que expressam relação falante e ambiente foram mais recorrentes, com 354 ocorrências, revelando o caráter formal e cerimonioso da Câmara dos deputados, sem que isso assegure, necessariamente, a polidez. Na relação falante-destinatário, a categoria falante e presidente contou com 257 ocorrências, mascarados, principalmente, por agradecimentos à presidente Caroline de Toni. Já na relação falante e aliado, houve 45 ocorrências de dêiticos sociais associados à polidez e 64 ocorrências de dêiticos sociais referentes à relação falante e oposição, associadas à impolidez. Por fim, na relação falante e espectador, houve apenas onze ocorrências de dêiticos sociais, marcados pela assimetria discursiva entre os parlamentares e os manifestantes.

Palavras-chave: Deixis; (im)polidez; PEC do aborto.

ABSTRACT

In 2024, a proposed amendment to the constitution popularly known as the “abortion PEC” dominated Brazilian news headlines, as it sought to ban abortion in the country, even in cases provided for by law, such as when pregnancy poses a risk to the mother's life, when it is the result of rape, and when the fetus is considered anencephalic. Given the importance of the issue, this study analyzes the stenographic notes of two meetings of the Constitution, Justice, and Citizenship Commission on the “abortion PEC,” which took place on November 13 and 27, 2024, and were collected from the Chamber of Deputies website. Thus, our objective is to analyze the use of social deictics and strategies of linguistic (im)politeness in the discursive interactions that occurred in the sessions on the “abortion PEC” of the aforementioned commission, investigating how these resources are articulated in the construction of relationships between participants. To achieve the proposed objective, with regard to social deixis, we rely on Levinson's (2007) studies on relational deixis and its relationships: speaker and environment, speaker and referent, speaker and addressee, and speaker and spectator. with regard to (im)politeness, we resorted to the politeness strategies of Brown and Levinson (1987) and the impoliteness strategies of Culpeper (1996). With regard to methodological aspects, our research is descriptive, documentary, and qualitative and quantitative in nature. The results showed that social deictics expressing the speaker-environment relationship were more recurrent, with 354 occurrences, revealing the formal and ceremonious nature of the Chamber of Deputies, without this necessarily ensuring politeness. In the speaker-addressee relationship, the speaker-president category had 257 occurrences, mainly consisting of thanks to President Caroline de Toni. In the speaker-ally relationship, there were 45 occurrences of social deictics associated with politeness and 64 occurrences of social deictics referring to the speaker-opposition relationship, associated with impoliteness. Finally, in the speaker-spectator relationship, there were only eleven occurrences of social deictics, marked by discursive asymmetry between parliamentarians and protesters.

Keywords: deixis; (im)politeness; Constitutional Amendment Proposal on abortion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os tipos de uso da dêixis, a partir de Fillmore (1971).....	20
Figura 2 – Tipos de dêixis social, segundo Levinson (2007).....	30
Figura 3 – Tipos de face, segundo Brown e Levinson (1987).....	36
Figura 4 – Tipos de FTAs, segundo Brown e Levinson (1987).....	37
Figura 5 – Estratégias de polidez, com base em Brown e Levinson (1987).....	38
Figura 6 – Categorias englobadas na relação falante e referente.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de mostração do campo mostrativo de Bülher	19
Quadro 2 – Dêixis com base nos autores apresentados neste trabalho.....	22
Quadro 3 – Relações expressas pela dêixis relacional, segundo Levinson (2007).....	29
Quadro 4 – Tipos de dêixis.....	32
Quadro 5 – Máximas de polidez de Leech (1983).....	34
Quadro 6 – Estratégias de polidez de Brown e Levinson (1987).....	38
Quadro 7 – Superestratégias de impolidez, segundo Culpeper (1996; 2005).....	42
Quadro 8 – Estratégias de saída de impolidez, segundo Culpeper (1996;2005)	43
Quadro 9 – Como votaram os deputados na CCJ.....	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DÊIXIS.....	18
2.1	Dêixis pessoal	23
2.2	Dêixis temporal	24
2.3	Dêixis espacial	26
2.4	Dêixis textual	27
2.5	Dêixis social	28
3	(IM)POLIDEZ	33
3.1	Polidez em Brown e Levinson	36
3.2	Impolidez em Culpeper	41
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	46
4.1	Tipo de pesquisa	46
4.2	Contextualizando a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.....	47
4.3	Contextualizando a PEC do aborto	49
4.4	Procedimentos de coleta de dados	52
4.5	Procedimentos de análise de dados	52
4.5.1	Estratégias de Polidez em dêiticos sociais.....	54
4.5.2	Estratégias de impolidez em dêiticos sociais.....	56
4.5.3	Organização da análise.....	56
4.5.3.1	Falante e ambiente.....	57
4.5.3.2	Falante e referente.....	58
4.5.3.2.1	Falante e destinatário.....	58
4.5.3.3	Falante e espectador.....	59
5	ANÁLISE DAS REUNIÕES	60
5.1	Relação entre falante e ambiente.....	60
5.2	Relação entre falante e referente.....	63
5.3	Relação entre falante e destinatário.....	64
5.3.1	Quando o destinatário é a presidência.....	64
5.3.2	Quando o destinatário imediato é oposição.....	68
5.3.3	Quando o destinatário imediato é aliado.....	71
5.4	Relação entre falante e espectador.....	75

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	81

1. INTRODUÇÃO

Dados do Ministério da Saúde mostram que o Brasil tem uma média de sete casos de abortos legalizados realizados por dia pelo SUS, Sistema Único de Saúde; só em 2023, foram 2.687. Esses são os números oficiais, sem contar aqueles casos que ocorrem ilegalmente e que não entram nas estatísticas. No Brasil, o aborto é crime previsto pelo Código Penal desde 1940, no entanto, há três exceções que permitem que a prática aconteça, de forma legalizada, de acordo com o artigo 128: quando a gravidez representa risco de vida para a gestante; quando for oriunda de um estupro; e quando o feto for considerado anencefálico, ou seja, não possuir cérebro.

No entanto, em 2024, uma proposta de emenda à Constituição, chamada popularmente de “PEC do aborto”, cuja relatora é a deputada Chris Tonietto (PL-RJ), propõe que o 5º artigo da Constituição Federal seja reformulado e que, assim, nenhum aborto seja permitido em solo brasileiro, nem mesmo nos três casos em que há exceção citados anteriormente. Tal proposta foi, inicialmente, apresentada em 2012 pelo então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) com o objetivo de garantir, segundo o texto oficial apresentado pelo parlamentar, que a vida não seja violada desde a concepção.

Em 27 de novembro de 2024, essa proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com 35 votos favoráveis e 15 contrários; nas próximas etapas, ela passará pela avaliação do Senado e, caso seja aprovada, será promulgada e passará a constar na Constituição Federal do país.

Concebendo a importância dessa discussão na CCJ, nosso trabalho buscou relacionar a Linguística Textual e a Pragmática, mais especificamente o uso da dêixis e da (im)polidez, em um *corpus* constituído pelas notas taquigráficas¹ de duas reuniões² da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, acerca da “PEC do aborto”, ocorridas em 13 e 27 de novembro de 2024, tendo em vista que esse contexto comunicativo, das reuniões, é marcado por disputas ideológicas, polarizações, o que se configura um terreno profícuo para a análise das relações estabelecidas entre os participantes, a partir do viés dêitico e da (im)polidez.

¹ São registros escritos de discursos e debates no ambiente político, como a Câmara dos deputados e o Senado. Em nosso *corpus*, essas notas correspondem aos escritos das duas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da “PEC do aborto”.

² Links das duas reuniões que constituem o *corpus* do nosso trabalho: Link da reunião de 12/11/2024: <https://escriva.camara.leg.br/escriva-servicosweb/html/74649> - Link da reunião de 27/11/2024: <https://escriva.camara.leg.br/escriva-servicosweb/html/74989>

Para compor nossa base teórica, recorreremos à Levinson (2007), especificamente às categorias referentes à dêixis social do tipo relacional e suas relações manifestadas, a saber: falante e ambiente, falante e referente, falante e destinatário e falante e espectador. No que tange à polidez, lançamos mão das estratégias de polidez postuladas por Brown e Levinson (1987); na impolidez, valemo-nos das estratégias de impolidez propostas por Culpeper (1996), em resposta ao trabalho de Brown e Levinson (1987).

Na linguística brasileira, essas teorias têm inspirado inúmeras pesquisas com os mais diversos tipos de *corpus*. Entretanto, verificamos que existem poucos estudos dedicados especificamente à dêixis social. Além disso, nossas buscas não identificaram trabalhos que articulassem a dêixis à (im)polidez linguística, contudo, cabe destacar que existem estudos que abordam contextos políticos, o que aproxima tais pesquisas do escopo do nosso *corpus*. Dessa forma, apresentaremos a seguir pesquisas que se destacaram por tratar da dêixis ou da (im)polidez. Primeiramente, serão abordadas duas pesquisas relacionadas à dêixis e, em seguida, dois trabalhos voltados para a (im)polidez.

O trabalho de Galvão (2020) investiga o uso da dêixis como estratégia de aproximação entre interlocutores no discurso persuasivo publicitário. O autor analisa diferentes tipos de dêixis, pessoal, temporal, espacial e social, em variados textos publicitários, demonstrando que essas expressões funcionam como recursos linguísticos centrais na construção de um discurso próximo e envolvente, que simula um diálogo com o interlocutor, muitas vezes, em tom informal. Os resultados indicam que tal estratégia reduz a distância comunicativa, reforça a sensação de urgência e singulariza a mensagem, aspectos fundamentais para a persuasão. Assim, o estudo evidencia a relevância da dêixis ao aproximar o público-alvo.

O segundo trabalho é o de Colares (2021), que tem como objetivo caracterizar os dêiticos sociais como uma categoria dêitica autônoma, capaz de refletir, pela linguagem, as relações sociais hierárquicas entre os interlocutores. Tomando como base teórica os pressupostos de Saussure e os trabalhos de Mondada e Dubois (2003), o estudo defende que as categorias linguísticas são mutáveis e dependentes dos contextos de uso. Desse modo, a autora analisa qualitativamente um *corpus* de 59 cartas, datadas entre os séculos XVIII e XX, pertencentes a diferentes gêneros textuais e provenientes do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Os resultados evidenciam que os dêiticos sociais, além de instaurarem os participantes do discurso, marcam relações de poder historicamente constituídas.

No âmbito das pesquisas sobre (im)polidez, a dissertação de Sathler (2015) analisa o uso de estratégias de (im)polidez nas interações entre ministros do Supremo Tribunal Federal

durante o julgamento da Ação Penal 470, “Julgamento do Mensalão”, com o objetivo de compreender como essas estratégias contribuem para a construção e a negociação de normas interacionais em contexto institucional. Unindo a Sociolinguística Interacional com a Pragmática, o estudo fundamenta-se na Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987), nos princípios pragmáticos de Leech (1983) e nos estudos sobre impolidez de Culpeper (1996, 2002). Com base na análise do *corpus* constituído de sessões transmitidas pela TV Justiça, os resultados evidenciam o emprego tanto de estratégias de polidez, como deferência e mitigação, quanto de impolidez, como ironia, sarcasmo e acusações, utilizadas de modo estratégico para a gestão da face, da imagem pública e das relações de poder em um ambiente institucional altamente hierarquizado.

A pesquisa de Lima (2020), assim como a de Sathler (2015), analisa manifestações de polidez e impolidez em interações face a face entre ministros do Supremo Tribunal Federal durante o julgamento da Ação Penal 470, “Julgamento do Mensalão”. Fundamentado nos estudos de Brown e Levinson ([1978]1987), Kerbrat-Orecchioni, Culpeper, Kaul de Marlangeon e Kienpointner, o trabalho examina um *corpus* composto por sessões marcadas por embates interacionais. Os resultados indicam a predominância de atos de impolidez, como interrupções e desqualificações, ao lado de estratégias de polidez mitigadora, que atuam na contenção do conflito. Assim, a pesquisa evidencia que polidez e impolidez se articulam às intenções dos falantes, oscilando entre a cooperação e a imposição de autoridade em contextos institucionais.

Em relação às pesquisas acima abordadas, nosso trabalho se difere à medida que articula dêixis social à (im)polidez, relação ainda não contemplada em trabalhos anteriores. Esse ineditismo traz relevância ao nosso estudo e contribui para uma compreensão mais aprofundada das relações estabelecidas entre parlamentares em reuniões deliberativas, a partir das análises de notas taquigráficas.

Nossa pesquisa buscou responder à seguinte questão central: Como os dêiticos sociais e as estratégias de (im)polidez linguística são empregados e se articulam nas interações discursivas ocorridas nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da “PEC do aborto”? Considerando a indagação anterior, temos ainda três desdobramentos:

a) De que maneira os dêiticos sociais do tipo relacional foram empregados nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da chamada “PEC do aborto” e como se distribui quantitativamente o uso desses dêiticos?

b) Quais estratégias de (im)polidez se manifestaram nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da chamada “PEC do aborto” e o que essas estratégias revelam sobre as relações estabelecidas entre os participantes?

c) Como os dêiticos sociais se articulam às estratégias de (im)polidez linguística nas interações discursivas ocorridas nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da “PEC do aborto?”

Partindo dessas questões, nossa pesquisa acerca da dêixis social e (im)polidez tem como objetivo principal: analisar o emprego dos dêiticos sociais e das estratégias de (im)polidez linguística nas interações discursivas ocorridas nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da “PEC do aborto”, investigando de que modo esses recursos se articulam na construção das relações entre os participantes. Além desse objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos:

a) Analisar de que maneira os dêiticos sociais do tipo relacional foram empregados nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da chamada “PEC do aborto”, bem como descrever a distribuição quantitativa do uso desses dêiticos.

b) Identificar e analisar as estratégias de (im)polidez que se manifestaram nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da chamada “PEC do aborto”, examinando o que tais estratégias revelam sobre as relações interacionais estabelecidas entre os participantes.

c) Investigar como os dêiticos sociais se articulam às estratégias de (im)polidez linguística nas interações discursivas ocorridas nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da “PEC do aborto”.

No que tange à organização deste trabalho, ele é dividido em seis capítulos, em que o primeiro deles é esta introdução. No segundo e terceiro capítulos, apresentamos nossa fundamentação teórica, onde abordamos, respectivamente, os conceitos de dêixis e (im)polidez, a partir de autores como Bühler (1934), Fillmore (1971) e Levinson (2007) para tratar do primeiro conceito e de Brown e Levinson (1987), Goffman (2012) e Culpeper (1996;2005) para apresentar o segundo.

No quarto capítulo, intitulado “Aspectos metodológicos”, apresentamos toda a metodologia do nosso trabalho, que foi organizada nas seguintes seções: “Tipo de pesquisa”; “Contextualizando a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania”; “Contextualizando a PEC do aborto”; “Procedimentos de coleta de dados” e “Procedimentos de análise dos dados.”

Já no quinto capítulo, abordamos as análises das duas reuniões da comissão supracitada. Assim, dividimos em três seções: falante e ambiente; falante e destinatário e falante e espectador.

Por fim, nas considerações finais, trazemos uma síntese deste trabalho, apresentando os objetivos, contribuições e também lacunas que observamos durante a trajetória de produção desta pesquisa.

2. DÊIXIS

O termo ‘dêixis’ vem do grego e significa apontar ou indicar, o que é explicado a partir dos estudos de Bühler (1934), o primeiro estudioso a lançar luz sobre o fenômeno, ao propor que a comunicação ocorre a partir de coordenadas, como o “eu, aqui e agora” e que o ponto de origem parte do emissor, o qual, em certa medida, orienta as demais coordenadas. Dessa forma, a dêixis, por vezes, é considerada “egocêntrica”, haja vista que as expressões dêiticas são ancoradas a pontos específicos da situação comunicativa, por exemplo, a pessoa central, como propõe Levinson (1983), é o falante, o tempo central é o tempo em que o falante produz o enunciado e o lugar central é o espaço onde o falante produz sua enunciação.

Bühler (1934, p. 15) afirma que “é a partir do “*origo*” do ‘Aqui’ perceptível que todas as outras posições são verbalmente identificadas, assim como é a partir do origo ‘Agora’ que todos os outros pontos temporais o são.” Assim, essas coordenadas orientam a interpretação de enunciados. O referido autor é responsável pelas três primeiras e principais categorias no que tange aos estudos dêiticos: de pessoa, de lugar e de tempo.

Além disso, Bühler traz duas noções bastante caras para os estudos dêiticos: campo mostrativo e campo simbólico. O primeiro diz respeito a algo visível, acessível, seja de forma visual, seja acessado sem dificuldade na memória. O segundo diz respeito à representação conceitual da linguagem. O campo mostrativo possui três formas de mostração: *ad oculos*, anáfora e mostração *am phantasma*.

A primeira mostração, *ad oculos*, tradicionalmente refere-se a objetos presentes no mundo real, por esse motivo é observada mais facilmente em situações comunicativas em que os interlocutores dividem o mesmo espaço. No entanto, essa mostração pode ser compreendida além de uma mera classificação gramatical, como identificação de objetos em um determinado espaço, mas como algo construído no texto, a partir da comunicação entre os interlocutores. Na língua portuguesa, os pronomes demonstrativos são bastante utilizados nesse tipo dêitico, à medida que os utilizamos para localizar elementos no espaço.

Já a anáfora é, muitas vezes, vista como uma mera substituição de palavras, por exemplo: “*Maria* estava triste. *Ela* procurou conversar com uma amiga.” No enunciado anterior, “Ela”, por vezes, é compreendida apenas como uma retomada de outro termo já mencionado, como “*Maria*”, entretanto esse fenômeno vai além, como um apontamento dentro do espaço do texto, isto é, o texto usa palavras, ou sinais visuais, para apontar para algo do próprio texto, como a dêixis textual, que trataremos mais à frente, porém adiantamos que pronomes demonstrativos, advérbios de tempo e de espaço são bastante utilizados nesse tipo dêitico.

No que tange à mostração *am phantasma* Bühler aponta que esse tipo de recurso ocorre quando o enunciador refere-se a algo que, naquele momento da situação comunicativa, não se encontra ao alcance dos interlocutores, no entanto eles reconhecem do que se trata. Um exemplo desse tipo de mostração   quando o interlocutor descreve lugares, trajetos pelos quais passou, porém não se encontra neste lugar no momento, ou se refere a algo que não está em seu campo de visão. Assim, com o propósito de tornar mais clara a apresentação das formas de mostração, elaboramos o quadro a seguir, que apresenta as subclassificações do campo mostrativo e evidencia suas principais características.

Quadro 1: Formas de mostração do campo mostrativo de Bühler

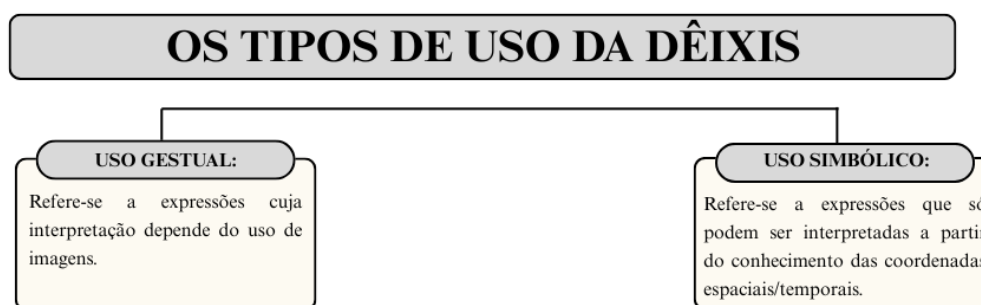
Forma de mostração:	Definição:	Exemplo do nosso corpus:
<i>Ad oculos</i>	Refere-se a algo presente no campo visual do enunciador.	“Dentro desses mistérios e dentro dessas ações cabe, sim, a <i>este Parlamento</i> manifestar avontade da sua maioria e da maioria da população brasileira
An�fora	Refere-se a algo que está dentro do próprio texto, indo além da substituição de palavras.	“Logo, o beb� não � parte do corpo da mãe. Se o Deputado não tem capacidade técnica para reconhecer dois seres humanos diferentes, <i>ele</i> não pode nem estar aqui representando nada, porque <i>ele</i> não tem formação suficiente.”
<i>Am phantasma</i>	Refere-se a algo que não está no campo de visão dos interlocutores, mas que eles se recordam.	“O crime organizado está se expandindo pelo Brasil. Está chegando a <i>Belo Horizonte</i> , está na <i>Amazônia</i> , em territórios indígenas e outros

		mais, está em <i>Fortaleza</i> , está nas <i>capitais do Nordeste</i> , está no <i>Rio de Janeiro</i> , está em <i>São Paulo</i> .”
--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Fillmore (1971), outro relevante estudioso do fenômeno dêitico, basendo-se nos estudos de Bühler, apresentou dois tipos de uso da dêixis: o uso gestual, quando são utilizadas expressões cuja interpretação só pode acontecer por meio de um recurso de imagem, por exemplo, quando se diz: “Tenho dois filhos: este é mais calmo e aquele é agitado.” Sem que se tenha acesso a um vídeo, por exemplo, ou presenciado a enunciação, sua interpretação ficaria comprometida, não sendo possível saber quem é “este” ou “aquele”. O outro uso apontado pelo autor é o uso simbólico, em que expressões podem ser interpretadas apenas tendo como base o conhecimento acerca das coordenadas espaciais/temporais etc. Um exemplo desse uso é a frase: “Aquele bairro é perigoso.” Basta que se conheça a localização para que a interpretação seja realizada. A seguir, apresentamos de forma didática os tipos de usos da dêixis conforme o autor postulou.

Figura 1 – Os tipos de uso da dêixis, a partir de Fillmore (1971)



Fonte: Elaboração própria.

Além disso, Fillmore acrescentou, às categorias já existentes, a dêixis social e a dêixis discursiva, também conhecida como dêixis textual. O autor assim define o fenômeno da dêixis e suas categorias:

É o nome dado a propriedades formais de enunciados que são determinadas por certos aspectos do ato de comunicação em que as declarações em questão podem desempenhar um papel e que são interpretadas pelo conhecimento. Essas declarações incluem (1) a identidade dos interlocutores em uma situação de comunicação, denominada pelo termo dêixis de pessoa; (2) o lugar ou lugares em que esses indivíduos estão localizados, para o qual temos o termo dêixis de lugar; (3) o tempo

em que o ato de comunicação toma lugar (...); (4) a matriz do material linguístico dentro do qual o enunciado tem um papel, isto é, as partes precedentes e seguintes do discurso, que podemos referir como dêixis discursiva; (5) as relações sociais por parte dos participantes de um ato de comunicação, as quais determinam, por exemplo, a escolha de níveis de fala honoríficos, polidos, íntimos ou insultuosos, etc, que podem agrupar-se sob o termo de dêixis sociais. (Fillmore, [1984], 1997, p. 61).

Fillmore evidencia que a dêixis constitui um fenômeno intrinsecamente dependente da situação enunciativa, na medida em que se ancora em variáveis como identidade dos interlocutores, espaço, tempo, encadeamento discursivo e relações sociais. Essa concepção ressalta que a interpretação de um enunciado ultrapassa a dimensão meramente estrutural da língua e só pode ser plenamente compreendida quando articulada ao contexto pragmático da comunicação, ou seja, os aspectos contextuais imediatos da enunciação.

Nesse sentido, para Fillmore, a dêixis vai além das formas linguísticas isoladas, ou seja, está diretamente ligada ao contexto do ato comunicativo e ao conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Assim, o autor mostra que o significado de um enunciado depende não apenas do que é dito, mas de quem fala, para quem se fala, quando e onde a comunicação ocorre, assim como do encadeamento do discurso e das relações sociais envolvidas. Dessa maneira, a dêixis se revela um recurso essencial para compreender como a linguagem se articula com a situação concreta de fala, permitindo que o destinatário interprete corretamente os detalhes do enunciado.

Nesse viés, a dêixis social, proposta por Fillmore, aproxima-se da polidez à medida em que se volta para a escolha de níveis de fala marcados pelos usos de pronomes de tratamento e honoríficos. A esse respeito, Kerbrat-Orecchioni (2006) defende que as formas de tratamento possuem duas subclasses:

- pronomes de tratamento: seu uso recíproco (você/ você, para a familiaridade, e senhor (a)/ senhor (a), para a distância) reflete uma relativa igualdade dos interlocutores; seu funcionamento dissimétrico (você/ senhor [a]) exprime uma relação fortemente hierarquizada, na qual o tratamento por “você” ocupa a posição alta e o tratamento por “senhor(a)”, a posição baixa;
- nomes de tratamento: conforme o emprego dos títulos e dos termos de parentesco. (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p.71)

Dessa maneira, o uso dos pronomes e nomes de tratamento está diretamente relacionado às relações de poder entre os interlocutores, o que se insere no âmbito das estratégias de polidez linguística. Quando há o uso recíproco dos pronomes (“você/você” ou “senhor(a)/senhor(a)”), observa-se uma relação de equilíbrio, o que contribui para a manutenção da harmonia interacional, que é um dos objetivos da polidez. Já o uso dissimétrico (“você/senhor[a]”) evidencia uma relação hierarquizada, na qual os interlocutores reconhecem e marcam, por meio da linguagem, as diferenças de *status* social.

Assim, a escolha entre “você” e “senhor(a)” não é apenas gramatical, mas uma estratégia discursiva de polidez, usada para preservar a “face” do outro, conforme Brown e Levinson (1987) postularam e veremos no capítulo seguinte.

Já Levinson (1983, p. 65) afirma que a dêixis “diz respeito às maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala”. Dessa forma, interpretar os enunciados é também interpretar o contexto em que esses enunciados foram produzidos, o que corrobora com o pensamento de Bühler. O autor inclusive mostra-se inclinado às ideias de Bühler ao concordar com a existência dos usos gestual e mostrativo da linguagem. Assim, Levinson (1983, p. 79) distingue bem os dois usos: “a interpretação dos usos gestuais exige um monitoramento físico do acontecimento discursivo momento a momento, ao passo que os usos simbólicos fazem referência apenas a coordenadas contextuais disponíveis para os participantes antes da enunciação.”

Assim como Levinson, reconhecemos que a dêixis está profundamente ligada ao contexto comunicativo e à interação concreta entre os interlocutores. A perspectiva do autor, que enfatiza o papel dos gestos e de outros recursos mostrativos na construção de sentido, revela a natureza dinâmica da linguagem. Desse modo, interpretar um enunciado implica também compreender o contexto em que ele foi produzido, bem como ao distinguir entre os usos gestuais e simbólicos da linguagem.

A partir das informações apresentadas, elaboramos o quadro abaixo que contempla as definições de dêixis com base nos autores deste trabalho:

Quadro 2 – Dêixis com base nos autores apresentados neste trabalho

Autor:	Definição:
Bühler (1934)	Os elementos dêiticos, associados a indícios como gestos ou recursos equivalentes, contribuem para a precisão e completude da orientação oferecida ao destinatário acerca dos aspectos da situação comunicativa.
Fillmore (1971)	É o termo usado para as características formais dos enunciados que são determinadas por elementos do ato de comunicação em que eles aparecem, e cuja compreensão depende do conhecimento dos interlocutores.
Levinson (1983)	Refere-se às formas pelas quais as línguas registram ou transformam em estruturas gramaticais os elementos do contexto da enunciação ou da situação de fala.

Fonte: Elaboração própria.

Obervemos que, no quadro acima, as definições de dêixis apresentadas por Bühler (1934), Fillmore (1971) e Levinson (1983) mostram que os autores reconhecem que os elementos dêiticos estão profundamente ligados ao contexto comunicativo. Bühler (1934) enfatiza o papel dos indícios, como gestos, que ajudam a orientar o destinatário e a tornar a situação mais clara, destacando a dimensão pragmática da dêixis. Já Fillmore (1971) foca nas propriedades formais dos enunciados e na dependência do conhecimento compartilhado pelos interlocutores para a interpretação, ressaltando tanto o aspecto linguístico quanto cognitivo. Levinson (1983) traz a perspectiva da gramática, mostrando como as línguas codificam os elementos do contexto de enunciação, enfatizando a sistematização estrutural desses traços.

A partir disso, trataremos dos tipos de dêixis de forma pormenorizada nas subseções seguintes:

2.1 Dêixis pessoal

A dêixis de pessoa, como o próprio nome antecipa, diz respeito às pessoas envolvidas no ato comunicativo, sendo realizada, principalmente, pelos pronomes pessoais. Sobre isso, Cavalcante (2011, p. 96) destaca que os pronomes pessoais são os dêiticos por excelência, uma vez que se referem diretamente aos sujeitos da enunciação, refletindo-se na flexão verbal das primeiras e segundas pessoas. Já outras expressões, como pronomes demonstrativos e advérbios, são considerados dêiticos não pessoais, pois apenas pressupõem os participantes da interação em relação ao tempo e ao espaço, sendo, por isso, tratadas como de terceira pessoa gramatical.

Nesse sentido, compreendemos a dêixis de pessoa como central entre os demais tipos de dêixis, pois ela estabelece quem participa do discurso e, a partir disso, possibilita a projeção das demais coordenadas dêiticas. Afinal, o sujeito da enunciação, ao falar, situa-se em um espaço específico e em um tempo determinado, o que torna a referência pessoal um marco inicial do processo comunicativo.

Ademais, ao observarmos a relação entre sujeito e enunciação, é possível notar que a referência pessoal vai além de uma simples identificação de participantes; ela é, na verdade, o ponto de partida para a construção do sentido. Isso porque a definição de quem fala (eu), para quem se fala (tu/você) e de quem se fala (ele/ela) organiza a dinâmica interacional do texto, criando laços entre os interlocutores e orientando a produção do discurso.

Portanto, ao marcarmos a presença das pessoas no discurso por meio da dêixis de pessoa, não apenas identificamos os sujeitos da enunciação, mas também criamos o espaço enunciativo no qual tempo e lugar são estabelecidos, além dos papéis sociais. É nesse sentido

que se pode afirmar que a dêixis pessoal sustenta, em grande medida, a constituição das demais categorias dêiticas. A título de exemplificação, recorremos a Cavalcante (2011, p.95) que utilizou um poema-canção para explicitar os dêiticos pessoais:

(1) A dor a mais
(Vinicius de Moraes)
A dor a mais
Foi só muito amor
Muito amor demais
Foi tanta a paixão
Que o meu coração, amor,
Nem soube mais
Inventei a dor
E como ela nos doeu

Ah, que solidão buscar perdão
No corpo teu
Tanto tempo faz
Tens um outro amor, eu sei
Mas nunca terás
A dor a mais
Como eu te dei
Porque a dor a mais
Só na paixão
Com que eu te amei

No poema acima, os dêiticos pessoais estão sublinhados pela referida autora e neles podemos observar que o ponto de origem é o *eu lírico*, o enunciador, cujos pronomes pessoais e possessivos referem-se a ele, reafirmando a característica egocêntrica da dêixis. Essa centralidade do sujeito é típica da dêixis pessoal, pois todas as referências partem do “eu” como centro de orientação do discurso. Além disso, a alternância entre as formas “eu”, “meu”, “teu” evidencia a relação direta entre enunciador e destinatário, marcando o caráter dialógico do texto.

2.2 Dêixis temporal

A dêixis de tempo diz respeito às expressões linguísticas que situam o enunciado em relação ao momento da enunciação, ou seja, ao tempo em que o falante está inserido. Nesse sentido, Fillmore (1984) e Cavalcante (2011) ressaltam a importância de se considerar, como dêiticas, apenas as expressões que marcam diretamente o tempo presente da fala, evitando classificações equivocadas que tomam qualquer menção temporal como dêixis. O critério central é a relação entre a expressão temporal e o momento em que o ato de fala ocorre.

Essa perspectiva está relacionada à ideia de que o falante ocupa a posição central da enunciação, sendo ele o ponto de referência para as demais coordenadas — espaciais, temporais e pessoais. Assim, a noção de “tempo de formulação”, ou *coding time*, proposta por Fillmore (1997), reforça essa centralidade do *eu* na construção do sentido temporal do discurso. É a partir desse momento de produção da fala que se organiza o valor dêitico das expressões como “hoje”, “ontem”, “amanhã”, entre outras. Quanto a isso, Levinson (1983, p. 89) afirma:

(...) as bases para os sistemas de computar e medir o tempo na maioria das línguas parecem ser os ciclos naturais e proeminentes do dia e da noite, dos meses lunares, das estações e dos anos. Tais unidades podem ser usadas como medidas, relativas a alguns pontos de interesse fixos (inclusive, crucialmente, o centro dêitico), ou podem ser usadas à maneira de um calendário para localizar acontecimentos no tempo absoluto relativamente a alguma *origo* absoluta ou, pelo menos, a alguma parte de cada ciclo natural designado como início desse ciclo (Fillmore, 1975). É com essas unidades, que podem funcionar ou não como um calendário, que a dêixis interage.

Ao destacar que essas unidades temporais se articulam ao centro dêitico, o autor demonstra que a dêixis temporal depende tanto de parâmetros universais, compartilhados pela experiência humana, quanto do ponto de referência específico do enunciador. Assim, a interpretação temporal de um enunciado não é apenas uma questão gramatical, mas também cognitiva e cultural, pois envolve a forma como cada comunidade linguística estrutura e percebe o tempo. Dessa maneira, a dêixis temporal se apresenta como um elo entre a linguagem, o contexto comunicativo e a experiência humana do tempo.

Além disso, é importante destacar que nem toda expressão que faz referência a um tempo deve ser considerada como dêixis temporal. Por exemplo, datas fixas ou referências a períodos históricos não necessariamente possuem relação direta com o tempo da enunciação e, por isso, não se enquadram nessa categoria. A dêixis temporal está, portanto, vinculada ao momento em que o enunciado é produzido.

Dessa forma, a dêixis de tempo permite ao interlocutor localizar os eventos em relação ao *agora* da fala e, ao fazer isso, ela contribui não apenas para a coesão do texto, mas também para a ancoragem contextual do enunciado, evidenciando, mais uma vez, o caráter egocêntrico da linguagem, centrado no sujeito que enuncia. A esse respeito, Cavalcante (2011, p. 99) traz o seguinte exemplo:

(2) É preciso salvar vidas

A pesquisadora explica por que é urgente que o STF libere as pesquisas com células-tronco embrionárias.

A bióloga Mayana Zatz é uma das maiores especialistas em células-tronco do país, com quase 300 trabalhos científicos publicados. Nascida em Israel, mora no Brasil desde os 7

anos. Atualmente, ela é pró-reitora de pesquisa e coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo. Mayana estuda há mais de 30 anos terapias para doenças neuromusculares, razão pela qual se tornou uma das maiores defensoras, no país, das pesquisas com células-tronco embrionárias, as únicas capazes de se converter em qualquer um dos 216 tipos de célula do corpo humano. Desde 2005, quando o Congresso aprovou a lei brasileira de biossegurança – que autoriza o uso em pesquisas de embriões congelados há mais de três anos – Mayana luta para que a lei entre em vigor. Isso porque, naquele mesmo ano, a Procuradoria-Geral da República entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra a lei. Desde então, os estudos com células-tronco embionárias estão parados no Brasil. Na semana que vem, o Supremo Tribunal Federal dará sua palavra final sobre o uso de embriões. [...] (Entrevista – Veja, 5/3/2008).

No exemplo acima, os dêiticos temporais sublinhados por Cavalcante, “atualmente” e “na semana que vem”, segundo a autora, são assim classificados, pois só podem ser interpretados se o coenunciador tiver conhecimento do momento em que a entrevista foi enunciada; do contrário, não seriam dêiticos de tempo. A autora não destacou a expressão “há mais de 30 anos”, no entanto a consideramos dêitico temporal, à medida que, assim como os termos anteriormente mencionados, requer a informação de quando a entrevista foi dada.

2.3 Dêixis espacial

A dêixis de lugar refere-se às expressões linguísticas que indicam a localização dos interlocutores dentro do ato comunicativo, posicionando-os no espaço em relação ao ponto de origem da enunciação. Essa relação espacial, no entanto, não se estabelece de maneira automática sempre que há menção a um lugar. Conforme salientam Cavalcante (2000) e Ciulla (2002), é preciso que a expressão esteja diretamente relacionada à orientação espacial do falante ou do ouvinte, de modo que apenas aquelas que assumem essa perspectiva egocentrada podem ser consideradas efetivamente dêiticas.

Nesse contexto, Cavalcante (2000, p. 48) afirma que a dêixis espacial só ocorre quando a referência ao espaço parte da posição do enunciador ou se relaciona com a posição ocupada pelo destinatário no momento da enunciação. Esse aspecto reforça a ideia de que a linguagem é centrada no sujeito que fala, sendo esse o ponto de referência que determina a validade dos termos espaciais como dêiticos. Assim, expressões como “aqui”, “ali” ou “lá” só serão dêiticas quando sua interpretação depender da posição dos interlocutores no espaço.

Ciulla (2002, p. 33) complementa essa ideia ao propor o que chama de “princípio egocêntrico de reconhecimento da orientação no espaço”, ou seja, a compreensão de que o espaço só ganha valor dêitico quando interpretado a partir do ponto de vista do falante. Nesse sentido, nomes de lugares fixos, como “Brasil”, “São Paulo” ou “Universidade Federal”, por exemplo, não configuram, por si só, ocorrências de dêixis espacial, a menos que estejam

inseridos num contexto em que o enunciador ou o ouvinte seja tomado como ponto de referência.

Assim, a dêixis de espaço não se limita à simples presença de termos espaciais, mas exige uma ancoragem situacional, uma relação direta com o momento e o local da fala. É essa vinculação com a situação enunciativa que permite à linguagem localizar eventos e participantes no espaço, cumprindo uma função essencial para a construção do sentido e para o estabelecimento da interação entre os interlocutores. No que diz respeito a esse tipo de dêixis, Cavalcante (2011, p. 101), apresenta a seguinte piada:

(3) Respostas cretinas para perguntas idiotas

Mulher entrando em uma agropecuária:

– Tem veneno pra rato?

– Tem! Vai levar? – pergunta o balconista.

– Não, vou trazer os ratos pra comerem aqui!!!

No restaurante, o rapaz apanhando o talão de cheques e uma caneta.

– Vai pagar com cheque?

– Não, vou fazer um poema pra você nesta folhinha.

No andar térreo:

– Sobe?

– Não, esse elevador aqui anda de lado.

Pescador com vara de pescar na mão, linha na água, sentado.

– Aqui, dá peixe?

– Não, dá tatu, quati, camundongo... Peixe costuma dar lá no mato... (Piada disponível em: <http://www.dignow.org/p969076> - com adaptações).

No exemplo acima, segundo Cavalcante, somente as expressões sublinhadas são exemplos de dêixis espacial, haja vista que, para interpretá-las, é necessário ter conhecimento acerca do lugar onde os participantes do ato comunicativo estão localizados. De modo semelhante, como vimos, ocorre com a dêixis temporal, que é classificada de igual maneira, apenas com o conhecimento do tempo em que o texto foi enunciado.

2.4 Dêixis textual

A dêixis textual, também conhecida como dêixis discursiva, foi inicialmente proposta por Fillmore (1971) e diz respeito às expressões que fazem referência a partes do próprio texto, e não ao contexto físico ou situacional da enunciação. Nesse tipo de dêixis, elementos como pronomes demonstrativos e advérbios de tempo ou espaço não se referem ao mundo real, mas apontam para fragmentos anteriores ou posteriores do discurso. Por isso, esse tipo de referência é, muitas vezes, considerado uma projeção metafórica das dêixis temporal e espacial.

De acordo com Ciulla (2002), a principal característica da dêixis textual é sua ancoragem no próprio texto, uma vez que o referente apontado não está no espaço ou no tempo concretos do ato comunicativo, mas sim dentro da estrutura do enunciado. A autora afirma que esse tipo de dêixis preserva a lógica do “ponto zero” da enunciação, isto é, mantém o falante como centro da construção referencial, mas desloca o campo dêitico para dentro da materialidade textual. Assim, quando alguém usa expressões como “como vimos acima” ou “a seguir”, está mobilizando recursos dêiticos que remetem à organização interna do discurso.

Cavalcante (2011) também chama a atenção para essa mudança de orientação referencial. Para ela, a dêixis textual difere das demais justamente por não ter como base o contexto externo da fala, mas sim o encadeamento linguístico que compõe o texto. Nesse caso, o “aqui” e o “agora” não se referem ao espaço físico ou ao momento real da enunciação, mas sim ao lugar e ao tempo dentro da sequência textual, ou seja, ao espaço da linguagem em uso.

Dessa maneira, a função da dêixis textual é organizar e estruturar o discurso, permitindo ao enunciador estabelecer conexões internas, retomando ou antecipando informações. Ao fazer isso, o falante guia o interlocutor pela construção textual, auxiliando na coesão e na progressão temática do texto, como podemos observar no exemplo abaixo, apresentado por Cavalcante (2011, p. 42):

(4) ver o poema

Para exibir este site, você deve habilitar seu navegador para receber *cookies*... *ok*
Warning: Cannot modify header information – headers already sent by [...]
www.veropoema.net/ - 1k – Em cachê – Páginas semelhantes

No exemplo acima, a expressão destacada “*este site*” desempenha, segundo a autora, a função de organizador textual, por isso, consequentemente, é um dêitico textual. Embora seja bastante comum entre os advérbios, os pronomes demonstrativos também realizam esse papel, como no exemplo (4). Ademais, Cavalcante chama a atenção para o uso do par *este/esse* que, conforme sua visão, são, hoje, intercambiáveis, embora se tenha cristalizado a ideia de que “*esse*” faz referência anafórica e “*este*” catafórica.

2.5 Dêixis social

Fillmore, (1975, p. 76) linguista responsável pelos primeiros estudos da dêixis social, afirma que ela está ligada “aos aspectos das sentenças que refletem, estabelecem, ou são determinados por certas realidades da situação social em que o ato de fala ocorre.” Nesse

sentido, é clara a ideia de que a dêixis social é voltada para o uso de palavras e expressões que estão condicionadas ao contexto, ao grau maior ou menor de formalidade. É nessa categoria que estão os pronomes, entre eles os pronomes de tratamento, além dos honoríficos.

De acordo com o dicionário Houaiss, da língua portuguesa, o termo honorífico está relacionado àquilo “que confere consideração, respeito, independentemente de qualquer vantagem material ou poder real; que se destina a prestar honra, homenagem. Cargo, título.” Nesse contexto, o uso desses termos pelos falantes está ligado, intrinsecamente, ao contexto e nível hierárquico em que os atores sociais estão inseridos. Nesta pesquisa, os honoríficos estão bastante presentes, haja vista que nosso *corpus* se utiliza das discussões parlamentares em algumas reuniões realizadas na Câmara dos deputados.

Para Levinson (2007, p. 110-111), a dêixis social diz respeito aos “aspectos da estrutura da língua que codificam as identidades sociais dos participantes [...] ou a relação social entre eles, ou entre um deles e pessoas ou entidades a que se faz referência”. Concordamos com a definição do autor, uma vez que os dêiticos sociais revelam como se dá a relação social entre os participantes, a partir dos pronomes e honoríficos utilizados no contexto, por exemplo, das situações comunicativas. O linguista ainda propõe dois tipos de dêixis social: a relacional e a absoluta. A dêixis relacional, segundo Levinson, é a mais relevante e aponta que ela é manifestada a partir das relações entre: falante e referente, falante e destinatário, falante e espectador e falante e ambiente. Com o propósito de melhor apresentarmos essas informações, elaboramos o quadro abaixo:

Quadro 3 – Relações expressas pela dêixis relacional, segundo Levinson (2007)

Relação estabelecida:	Como se manifesta:
Falante e referente	Honoríficos que se aplicam ao referente.
Falante e destinatário	Honoríficos que se aplicam ao destinatário.
Falante e espectador	Honoríficos que se aplicam ao espectador e ao público.
Falante e ambiente	Por exemplo, níveis de formalidade.

Fonte: Elaboração própria.

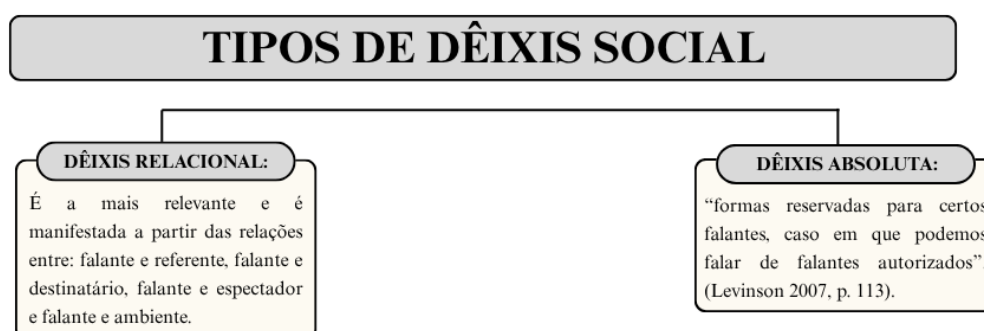
De acordo com Levinson (2007, p. 111) somente se pode falar em honoríficos quando as relações entre falante e referente e falante e espectador fizerem referência ao nível hierárquico ou respeito relativo, porém o autor acredita que há outros elementos das relações que podem ser gramaticalizados, como “as relações de parentesco, as relações totêmicas, a condição de membro do clã, etc., conforme disponibilizada pelo sistema social pertinente”.

Além disso, o autor aponta ainda para uma confusão que se faz, comumente, entre falante e referente e falante e destinatário. No que tange a isso, Levinson (2007, p. 111) distingue que, na primeira relação, o respeito apenas pode ser estabelecido por referência ao alvo do respeito; ao passo que, na relação entre falante e destinatário, não necessariamente o alvo precisa ser manifestado. Para ilustrar, o autor cita a distinção *tu/vous*, no francês, em que há um exemplo de honorífico de referente, já que o alvo é manifestado na situação comunicativa; o mesmo acontece com o *tu/vós*, na língua portuguesa.

Ainda acerca das relações em que a dêixis relacional opera, no que se refere à relação entre falante e espectador, ela se manifesta através de participantes com papel de público e de ouvintes não participantes, como afirma o autor. Por fim, a relação estabelecida entre o falante e o ambiente marca a preponderância do uso da língua, de modo formal ou informal, a partir de ambientes específicos, que demandariam tal utilização. Assim, o autor chama a atenção para o fato de que os outros tipos de relação estão ligados ao centro dêitico, no entanto, a relação estabelecida entre o falante e o ambiente é melhor compreendida quando se observa os papéis dos participantes e a situação comunicativa.

Além da dêixis relacional, o autor afirma que há também a dêixis absoluta que, conforme Levinson (2007, p. 113), são “formas reservadas para certos falantes, caso em que podemos falar de falantes autorizados”. Nessa perspectiva, há termos, por exemplo, que só podem ser usados por falantes determinados, com base no sexo da pessoa ou na posição social. A título de ilustração, o linguista menciona que há um pronome na língua japonesa que só pode ser utilizado pelo imperador do país, além de morfemas, na língua tailandesa, que se diferem pelo uso específico de mulheres ou de homens. Esse tipo de dêixis, em relação ao nosso *corpus*, não é produtivo, haja vista que não encontramos ocorrências do mesmo. Com o propósito de didatizar essas informações, preparamos a figura abaixo:

Figura 2 – Tipos de dêixis social, segundo Levinson (2007)



Fonte: Elaboração própria.

Vejamos um exemplo que Cavalcante (2011, p. 96) utiliza para ilustrar a dêixis social:

(5) (Dalton Trevisan - Quem tem medo de vampiro?)

Saudações.

Doutor Antônio, desculpe a ousadia de escrever, ontem fiquei arrependida de não confessar a paixão que sinto, porque tive vergonha, vejo que o senhor é casado e pai de tanto filho, acho que isso não tem importância, a gente sabe de muita dona casada gostando de outro, quanto mais eu que sou moça donzela, a diferença é que não sou correspondida.

Venha na mesma hora, espero no portão e mamãe não vê, Se o doutor não vier é sinal que não tem a mínima simpatia.

Sem mais, sua criada obrigada,

Ismênia

P.S. Desculpe os erros que estou um pouco nervosa

*

Querido Antônio.

Eu escrevo este bilhete, não posso suportar este amor. Olha, Antônio, de hoje em diante farei os teus desejos. Só se você me estimar como tua amante, não me deixe faltar nada e nunca me abandone.

Te espero às três horas, no lugar de sempre. Não quebro o juramento que fiz, mas você não sei, Antônio.

Sempre fiel,

Ismênia.

PS. De há muito pedi o teu retrato, não serei merecedora? Sofrendo do estômago, tudo por causa do nosso amor. Mande um dinheirinho pelo menino para comprar remédio. Sonhei a noite toda que me traías e não me querias mais, será?

*

Estimado Antônio.

Saudações.

Esta carta será a última que minha mão te escreve. Ontem choveu teve desculpa, hoje uma bonita noite, esperei até às nove horas, você não veio e sei que sou desprezada.

Ou por que a velha não saiu da sala? Ela pode ficar lá na cozinha. Não se faça de rogado, Antônio. Que horror; depois de combinado você se arrepender; venha sim?

A que há de ser tua,

Ismênia.

P.S. Peço um dinheirinho pelo menino, estou apurada para pagar uma conta e a pessoa esperando aqui.

[...]

De acordo com Cavalcante, os dêiticos sociais destacados no texto acima mostram que a intimidade entre os dois personagens vai aumentando, dessa forma, o grau de formalidade vai diminuindo a cada novo contato. No início, a personagem o chama de “doutor Antônio”, o que sugere um grau maior de distanciamento, diferente do que ocorre em “Antônio”, no final do exemplo, que demonstra maior intimidade entre os dois, o que converge com a característica principal da dêixis social, sua relação com o grau de formalidade na situação comunicativa.

Para melhor sintetizar as informações apresentadas, elaboramos o quadro abaixo que, além da definição de cada tipo de dêixis, há um exemplo, elaborado por nós, para uma compreensão mais clara:

Quadro 4 – Tipos de dêixis

Tipo de dêixis:	Definição:	Exemplo:
Dêixis pessoal	Diz respeito às pessoas envolvidas no ato comunicativo, sendo realizada, principalmente, pelos pronomes pessoais.	“ <i>Eu</i> preciso de descanso.”
Dêixis temporal	Diz respeito às expressões linguísticas que situam o enunciado em relação ao momento da enunciação, ou seja, ao tempo em que o falante está inserido.	“ <i>Hoje</i> a rainha Elizabeth faleceu.”
Dêixis espacial	Refere-se às expressões linguísticas que indicam a localização dos interlocutores dentro do ato comunicativo, posicionando-os no espaço em relação ao ponto de origem da enunciação.	“Renato guardou seu carro <i>aqui</i> . ”
Dêixis textual	Diz respeito às expressões que fazem referência a partes do próprio texto, e não ao contexto físico ou situacional da enunciação.	“ <i>Este trabalho</i> foi escrito por mim.”
Dêixis social	É voltada para o uso de palavras e expressões que estão condicionadas ao contexto, ao grau maior ou menor de formalidade. É nessa categoria que estão os pronomes, entre eles os pronomes de tratamento, além dos honoríficos.	“ <i>Doutor João</i> , quando terá festa na fazenda?”

Fonte: Elaboração própria.

3. (IM) POLIDEZ

Os estudos sobre polidez surgem a partir de Lakoff (1973), quem primeiro postulou as máximas de polidez. Em seguida, Leech (1983) também se debruça acerca desse tema, mas é com Brown e Levinson (1987) que a polidez ganha destaque e se torna uma área de maior projeção, no entanto trataremos desses dois últimos de forma pormenorizada na seção seguinte.

Robin Lakoff define a polidez como “um sistema de relações interpessoais projetado para facilitar a interação minimizando o potencial de conflito e confronto inerente a toda interação humana” (Lakoff, 1990, p. 34). Essa definição evidencia que a polidez não se resume apenas a um conjunto de regras de polidez, mas constitui uma estratégia social e linguística fundamental para a convivência humana. Ao ter comportamentos e escolhas linguísticas polidas, o falante busca preservar a harmonia da comunicação, evitando embates e demonstrando consideração pelo interlocutor.

De acordo com Lakoff (1973), para que a comunicação se estabeleça de modo assertivo, é necessário que o falante seja claro e polido, a fim de evitar a produção de ambiguidades e, conseqüentemente, um ato impolido. Nesse sentido, a autora defende que o locutor deve deliberar seus atos e observar quais efeitos eles podem alcançar, no sentido de manter uma harmonia social. Assim, Lakoff entende a comunicação como um espaço de negociação e equilíbrio entre a expressão individual e a consideração pelo interlocutor, reforçando a ideia de que o uso adequado da linguagem é um instrumento que promove relações sociais cooperativas.

Com objetivo de se evitar a impolidez, Lakoff (1973, p. 48) postula três regras para uma comunicação polida: não imponha; dê opções e seja amigável. No entanto, dois anos mais tarde, Lakoff (1975, p. 65) reformula essas regras de modo que se transformam em: Formalidade: mantenha-se distante; deferência: dê opções; camaradagem: demonstre simpatia. No que se refere à primeira regra, a autora defende o distanciamento com vistas a manter um grau maior de formalidade na comunicação evitando, assim, atos impolidos. A segunda regra remete à ideia de deixar o ouvinte à vontade, livre, fazê-lo parecer superior em relação ao locutor. Já a terceira regra tem por objetivo estreitar os laços entre falante e ouvinte, fazer com que o destinatário sinta que o falante gosta dele, por isso o termo “camaradagem.”

As regras de Lakoff (1973) mostram-se eficazes na prática cotidiana em que, para se evitar a impolidez, é necessário ir além da escolha linguística, do que é dito, e buscar atentar-se com a maneira com a qual se estabelece a comunicação. A autora defende, ainda, que cada

cultura estabelece como a polidez é estabelecida, embora ela postule que suas regras possam ser empregadas em qualquer sociedade.

No que tange à Leech (1983), podemos dizer que foi um relevante estudioso da área e em sua obra *Principles of pragmatic*, o autor postulou seis máximas de polidez, que guiam a situação comunicativa a fim de amenizar conflitos; a saber: discernimento, generosidade, aprovação, modéstia, concordância e simpatia. Tais máximas, segundo o autor, devem ser pensadas no que se refere à cultura de cada lugar, por isso não devem ser encaradas como estruturas fixas, com rigidez, mas com um olhar maleável, ou seja, que podem ser adaptadas ao lugar, cultura etc. Essa afirmação do autor nos mostra que a polidez está intrinsecamente ligada à cultura, aos costumes, por isso uma expressão pode ser considerada polida em um lugar, mas não em outro.

As máximas de polidez propostas por Leech (1983) nos auxiliam a compreender o funcionamento das interações linguísticas sob a perspectiva da cortesia. Observamos que essas máximas são baseadas no princípio de cooperação e na busca pela harmonia comunicativa, buscando preservar as relações sociais. Em conjunto, essas máximas demonstram que a polidez linguística, para Leech, é um mecanismo essencial de equilíbrio social, responsável por promover cooperação, evitar rupturas comunicativas e reforçar os laços interpessoais.

Em 2014, em sua obra *The pragmatics of politeness*, o autor acrescenta às já mencionadas outras quatro máximas: duas de obrigação, que se referem a desculpas e agradecimentos e as máximas de reticência de opinião e reticência de sentimentos. De acordo com Leech (1983), todas as máximas, na verdade, estão ligadas a uma grande máxima: Estratégia Geral de Polidez. No quadro abaixo, trazemos as seis máximas do autor com uma breve explicação, a fim de didatizar sua teoria:

Quadro 5 – Máximas de polidez de Leech (1983)

Máxima:	Explicação:
Máxima do discernimento	Deve-se minimizar o custo ao outro e maximizar o benefício ao outro, ou seja, o falante deve buscar minimizar ações que sejam custosas para o ouvinte, que não lhe tragam benefícios.
Máxima da generosidade	Deve-se minimizar o benefício para si próprio e maximizar o custo para si próprio, isto é, o ouvinte terá uma melhor imagem do falante, já que não empreenderá benefícios em seu favor.

Máxima da aprovação	Deve-se minimizar a depreciação do outro e maximizar o enaltecimento do outro, ou seja, tecer elogios, realizar bons comentários em relação ao ouvinte o deixará mais à vontade e terá uma imagem ainda melhor do falante.
Máxima da modéstia	Deve-se minimizar o enaltecimento a si próprio e maximizar o enaltecimento ao outro, isto é, evitar o bem falar no que diz respeito a si e ofertar palavras positivas ao ouvinte.
Máxima da concordância	Deve-se maximizar a concordância entre si e o ouvinte e minimizar a discordância entre si e o outro, ou seja, buscar um comum acordo, em que ambas as partes sintam-se bem em compartilhar informações.
Máxima da simpatia	Deve-se minimizar a antipatia entre falante e ouvinte e maximizar a simpatia, isto é, mostrando-se aberto ao outro, receptivo.

Fonte: Elaboração própria.

Em sua obra de 1983, Leech postulou os conceitos de polidez absoluta e polidez relativa que, em sua obra de 2014, tais conceitos foram reformulados a partir dos termos polidez pragmalinguística (polidez absoluta) e polidez sociopragmática (polidez relativa). No que diz respeito à primeira, o estudioso afirma que há expressões que são (im)polidas independentemente da situação comunicativa, ou seja, do contexto. Diferentemente dela, a polidez sociopragmática (polidez relativa) está intimamente ligada ao contexto, na medida em que algo pode ser classificado como polido ou impolido a partir da cultura, das leis, das normas de um povo.

Embora Leech (1983; 2014) reconheça a existência de uma polidez absoluta, pragmalinguística, caracterizada por expressões consideradas polidas ou impolidas independentemente do contexto, tal ideia pode ser relativizada. Isso porque a polidez é, em grande medida, um fenômeno sociopragmático, ou seja, dependente das condições situacionais e das normas socioculturais que orientam as interações. Expressões compreendidas como polidas em determinado grupo social ou contexto podem ser percebidas como inadequadas ou até ofensivas em outros. Assim, essa noção mostra-se limitada, uma vez que o julgamento sobre o que é ou não polido envolve fatores como a relação entre os

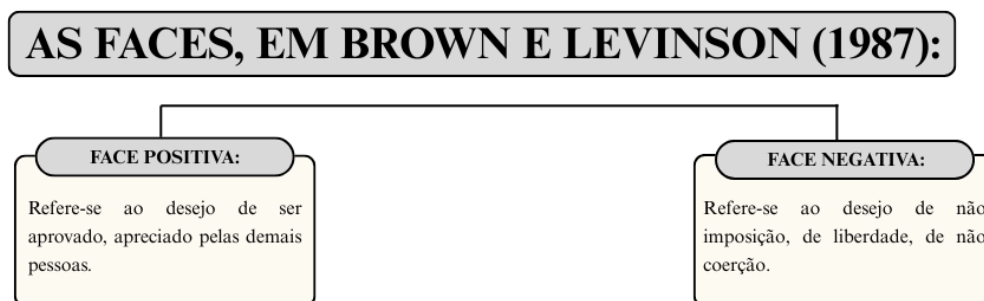
interlocutores, o grau de formalidade da situação, as intenções comunicativas e as convenções culturais.

Além disso, no contexto de uma sessão parlamentar, como é o caso do nosso *corpus*, espera-se que o tratamento seja polido, porém, na prática, nem sempre isso acontece, haja vista que há inúmeros momentos em que há conflitos entre os deputados, o que pode facilitar o surgimento de atos impolidos.

3.1 Polidez em Brown e Levinson (1987)

A teoria da polidez proposta por Brown e Levinson (1987) apresenta a noção de “face”, termo herdado de Goffman (1967), os autores argumentam que todo indivíduo, em uma situação de interação, possui uma imagem pública que deseja manter e proteger. Essa imagem é dividida em duas dimensões, ou seja, duas faces: a face negativa, que diz respeito ao desejo de autonomia, liberdade de ação e não imposição; e a face positiva, relacionada ao desejo de ser apreciado, aprovado. Na figura abaixo, sintetizamos melhor essas informações:

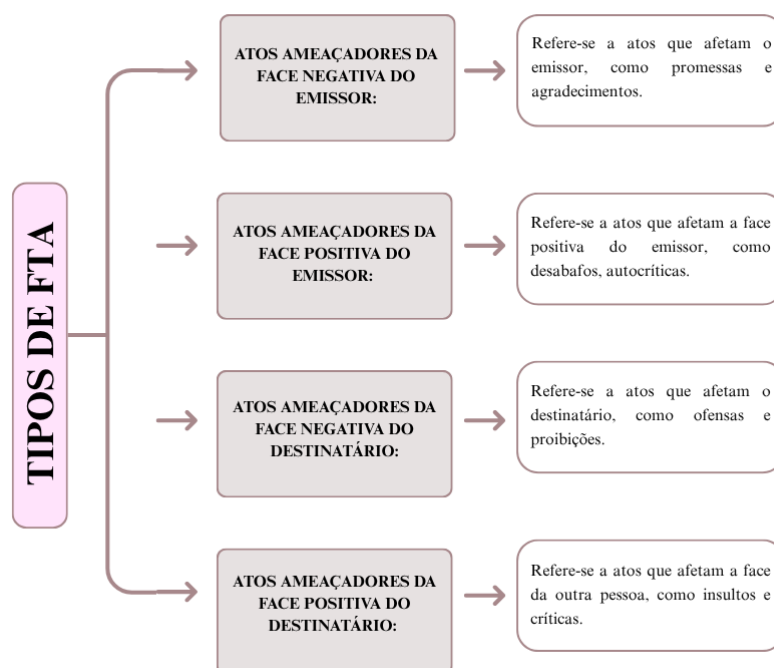
Figura 3 – Tipos de face, segundo Brown e Levinson (1987)



Fonte: Elaboração própria.

Na teoria citada, a face é vista com algo individual, porém é preciso destacar que, embora seja pessoal, é construída e reconhecida socialmente, pois depende do olhar e da validação do outro para se manter. Além disso, de acordo com os autores, alguns atos de fala podem colocar essa face em risco, chamados de *Face Threatening Acts* (FTA), por isso os indivíduos procuram preservá-la, por meio de estratégias, a fim de que, nas interações, ela seja mantida. Ainda de acordo com Brown e Levinson (1987), existem 4 tipos de FTA, que ilustramos na figura abaixo:

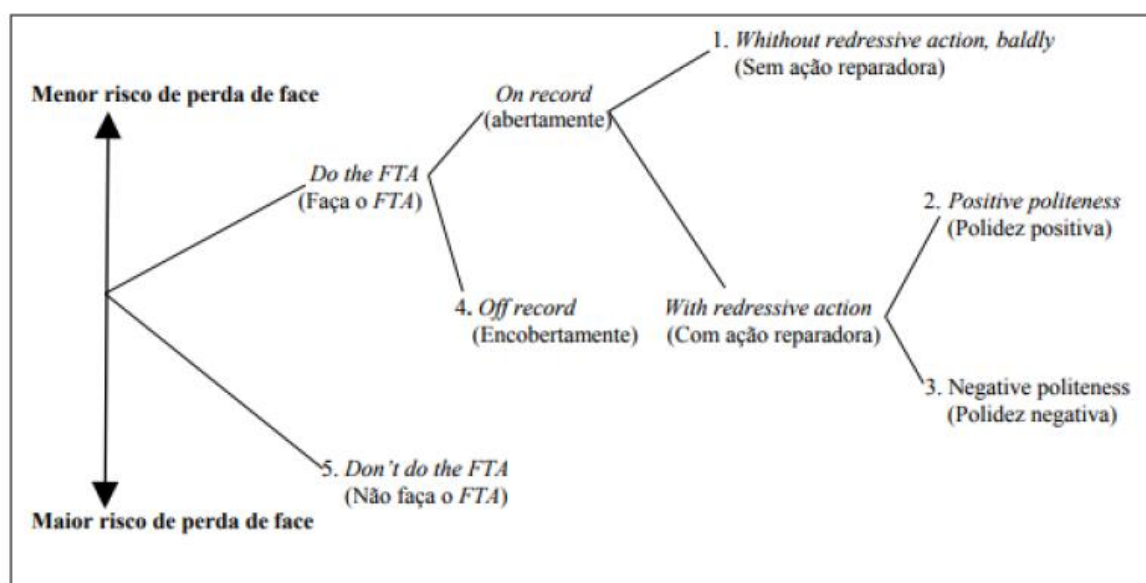
Figura 4 – Tipos de FTA, segundo Brown e Levinson (1987)



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Brown e Levinson (1987), essas estratégias buscam equilibrar a necessidade de expressar intenções comunicativas com a preocupação em manter a harmonia relacional, evitando conflitos e constrangimentos. Assim, a teoria mostra que a polidez funciona como um mecanismo de regulação social, essencial para a cooperação comunicativa. Ademais, essas estratégias podem ser *on record* ou *off Record*. A primeira diz respeito ao uso direto da linguagem, apresentando, de forma objetiva, nossa intenção na comunicação, por exemplo: “Organize a casa!”; ela pode ser com ação reparadora ou sem ação reparadora. Já a *off record*, por sua vez, faz uso de linguagem indireta, até mesmo com subentendidos, por exemplo, “Essa casa está muito suja”, quando o falante diz isso, mas com intenção de que o outro organize o local, isto é, de forma indireta. Para ilustrar melhor essas informações, recorreremos à figura abaixo:

Figura 5 – Estratégias de polidez, com base em Brown e Levinson (1987)



Fonte: Dias (2010, p. 41).

Dessa maneira, os autores desenvolveram o que chamam de polidez positiva e polidez negativa, cada qual ligada a uma face. No que tange à polidez positiva, ela é utilizada com vistas à preservação da face positiva do interlocutor, a fim de se aproximar dele, por isso se diz que o propósito da polidez positiva é que os participantes da situação comunicativa se aproximem. Já a polidez negativa refere-se à preservação da face negativa do interlocutor, isto é, minimiza a ameaça à sua autonomia e evita a invasão ao seu espaço. A esses tipos de polidez postulados pelos autores, estão atreladas estratégias que estão presentes no quadro abaixo:

Quadro 6 – Estratégias de polidez de Brown e Levinson (1987)

Modalidade/Recurso	Estratégias
Opção por utilizar a Polidez Positiva <i>(on-record para face positiva)</i>	1. Dê atenção ao outro e seus interesses, desejos, necessidades. Note-o.
	2. Exagere, demonstre interesse, aprovação, simpatia com o outro.
	3. Intensifique o interesse para com o outro.
	4. Use marcadores de identidade de grupo.
	5. Procure acordo (com o outro).
	6. Evite o desacordo.
	7. Pressuponha/aumente/confirme pontos/terrenos em comum.
	8. Brinque, faça piadas.
	9. Afirme ou pressuponha o conhecimento e a preocupação que tem os desejos do outro.
	10. Ofereça, prometa.
	11. Seja otimista.
	12. Inclua a si (falante) e o outro (ouvinte) na atividade.
	13. Dê (ou peça) razões.
	14. Finja/ simule ou afirme/evidencie reciprocidade.

	15. Dê presentes ao outro (simpatia, compreensão, cooperação).
Opção por utilizar a Polidez Negativa (<i>on-record</i> para face negativa)	1. Seja convencionalmente indireto.
	2. Questione, restrinja, limite.
	3. Seja pessimista.
	4. Minimize a imposição, a força.
	5. Mostre deferência, respeito.
	6. Peça desculpas.
	7. Impessoalize o falante (self) e o outro. Evite os pronomes “eu” e “tu”.
	8. Declare o ato de ameaça como se fosse uma regra geral.
	9. Nominalize, nomeie.
	10. Mostre-se como se estivesse em dívida (em débito) ou como se não estivesse endividando o outro (colocando o outro em débito).
Opção por ser Indireto (<i>Off-record</i>)	1. Dê sugestões, palpites.
	2. Dê pistas de associação.
	3. Pressuponha.
	4. Minimize.
	5. Exagere.
	6. Use tautologias (redundâncias).
	7. Use contradições.
	8. Seja irônico.
	9. Use metáforas.
	10. Use/Faça perguntas retóricas.
	11. Seja ambíguo.
	12. Seja vago.
	13. Super generalize.
	14. Desloque o outro (ouvinte).
	15. Seja incompleto (use elipses).

Fonte: Rebouças (2018, p. 29)

Dentre as estratégias acima, utilizaremos, em nossa análise, as seguintes:

- a) Demonstre respeito;
- b) Delimite terreno comum;
- c) Use marcadores de identidade e grupo;
- d) Restrinja-se;
- e) Exagere;
- f) Minimize;
- g) Evite desacordo;
- h) inclua a si (falante) e o outro (ouvinte) na atividade.

A escolha dessas estratégias justifica-se pelo fato de apresentarem natureza dêitica, uma vez que mobilizam dêiticos sociais ao posicionarem os interlocutores em papéis sociais específicos no interior do contexto comunicativo. Isso ocorre por meio do emprego de vocativos, pronomes de tratamento, formas honoríficas, entre outras expressões dêiticas, o que

as distingue das demais estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson. Dessa maneira, tratemos de pormenorizar cada uma das estratégias elencadas acima:

a) Demonstre respeito: Essa estratégia apresenta a presença de um distanciamento entre o falante e o interlocutor, o qual pode decorrer de diferentes fatores, como o grau de importância social atribuído ao interlocutor ou mesmo aspectos relacionados à faixa etária. Nesses casos, o falante opta por recorrer a formas linguísticas que sinalizam formalidade e respeito, buscando preservar a imagem do outro e manter uma interação adequada às normas de cortesia. Entre essas formas, destacam-se o uso de pronomes de tratamento mais cerimoniais e de vocativos que reforçam o caráter respeitoso da enunciação.

b) Delimite terreno comum: Essa estratégia diz respeito à capacidade do locutor de demonstrar compreensão da situação vivenciada pelo interlocutor, revelando-se sensível às suas condições, sentimentos ou posicionamentos. Ao manifestar esse tipo de compreensão, o falante estabelece uma relação de proximidade e solidariedade, o que contribui para reduzir a distância social e favorecer um clima de cooperação discursiva. No nosso *corpus*, essa estratégia manifesta-se quando os parlamentares procuram demonstrar entendimento ou apoio diante das circunstâncias enfrentadas por políticos de partidos distintos, sinalizando respeito e disposição para o diálogo, ainda que existam divergências ideológicas.

c) Use marcadores de identidade e grupo: Essa estratégia refere-se ao grau de intimidade que se estabelece entre os interlocutores, funcionando como um indicador da proximidade social existente na interação. Nesse sentido, quanto menor for o nível de familiaridade entre os participantes, maior será a tendência de o falante adotar uma postura linguística mais formal. Em contrapartida, à medida que a relação entre os interlocutores se mostra mais próxima, o uso da linguagem tende a tornar-se mais descontraído e informal. No *corpus* deste trabalho, observa-se essa estratégia quando um parlamentar emprega expressões menos formais ao dirigir-se a um colega com quem mantém maior intimidade.

d) Restrinja-se: Essa estratégia tem como finalidade atenuar a força ilocucionária do ato de fala, recorrendo ao uso de verbos modalizadores que suavizam o enunciado. Por meio desse recurso, o falante evita impor diretamente sua opinião ou seu desejo, o que contribui para reduzir possíveis ameaças à face negativa do interlocutor, isto é, ao seu desejo de autonomia e de não ser coagido. Dessa maneira, o locutor demonstra cautela e consideração ao restringir a manifestação de seu próprio ponto de vista.

e) Exagere: Essa estratégia manifesta-se quando o locutor intensifica ou exagera determinadas qualidades atribuídas ao interlocutor, geralmente com o propósito de expressar admiração, reconhecimento ou deferência. Trata-se de um recurso linguístico que visa valorizar o outro,

elevando sua imagem e, conseqüentemente, reforçando a harmonia na interação comunicativa. No nosso *corpus*, essa prática pode ser observada quando um parlamentar utiliza elogios de forma enfática ao se referir a outro político, destacando suas virtudes, competências ou conquistas. Ao recorrer a esse tipo de estratégia, o falante busca fortalecer vínculos sociais e consolidar uma imagem positiva perante o interlocutor, evidenciando, assim, um comportamento linguístico voltado à manutenção da face alheia.

f) Minimize: Essa estratégia tem como finalidade reduzir o impacto de possíveis enunciados que possam ameaçar ou comprometer a manutenção da face do interlocutor. Para isso, o locutor utiliza recursos linguísticos que suavizam a força do ato de fala, buscando atenuar possíveis efeitos negativos que suas palavras poderiam causar. Entre os mecanismos utilizados, destacam-se os diminutivos, que trazem um tom mais leve, afetivo ou cortês à enunciação, contribuindo para a preservação da imagem do ouvinte.

g) Evite desacordo: diz respeito à busca pela concordância, com o propósito de evitar a ocorrência de situações conflituosas no ato comunicativo, promovendo uma interação mais harmoniosa e alinhada às normas de cortesia discursiva.

h) inclua a si (falante) e o outro (ouvinte) na atividade: essa estratégia tem como propósito possibilitar ao interlocutor sentir-se participante de um grupo, inclusive em situações comunicativas em que haja um ato de potencial ameaça à sua face.

Por fim, nota-se que, na Teoria da Polidez de Brown e Levinson, não há espaço para um estudo mais sistematizado da impolidez, por conseguinte alguns estudiosos, que pertencem à chamada “segunda onda”, vão abordar de modo mais profícuo essa lacuna. O grande destaque vai para Jonathan Culpeper (1996; 2005; 2011), o nome mais proeminente dos estudos da impolidez, por esse motivo desenvolvemos a seção seguinte acerca de seus estudos, no então também se destacam Watts (2003), Locher e Watts (2005, 2008).

3.2 A impolidez em Culpeper

Jonathan Culpeper é considerado o mais relevante estudioso da impolidez, visto que foi o primeiro a estruturá-la de modo mais profícuo. A teoria do autor é, digamos, uma resposta à Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1983), na medida em que ele elaborou uma estratégia de impolidez para cada estratégia de polidez proposta pelos referidos estudiosos. Antes de tratar dessas estratégias, é importante apresentar a definição de impolidez Culpeper (2011):

É uma atitude negativa em relação a comportamentos específicos que ocorrem em contextos específicos. É sustentada por expectativas, desejos e/ou crenças sobre a organização social, incluindo, em particular, como as identidades de uma pessoa ou

de um grupo são mediadas por outros na interação. Comportamentos situacionais são vistos de forma negativa – quando entram em conflito com a forma como se espera que sejam, como se quer que sejam e/ou como se pensa que devem ser. Tais comportamentos sempre têm ou presume-se que têm consequências emocionais para pelo menos um participante, ou seja, causam ou presume-se que causam ofensa (Culpeper, 2011, p. 23).

Com a definição acima, podemos perceber que Culpeper amplia a compreensão da impolidez ao destacá-la como uma atitude negativa que ocorre em contextos específicos e está intimamente relacionada às expectativas sociais e às crenças compartilhadas pelos interlocutores. Assim, a impolidez não se restringe apenas a desvios de normas de cortesia, mas envolve uma quebra de expectativas sobre como os comportamentos devem ocorrer dentro de uma determinada estrutura social e interacional. Dessa maneira, atos considerados impolidos são aqueles que entram em conflito com o que se espera ou se deseja de uma interação adequada, afetando diretamente a imagem e a identidade dos participantes envolvidos. Ademais, Culpeper (2011) enfatiza o caráter emocional desses comportamentos, uma vez que eles provocam, ou podem provocar, ofensa, desconforto ou desequilíbrio.

Quadro 7 – Superestratégias de impolidez, segundo Culpeper (1996; 2005)

Superestratégia:	Explicação:
Impolidez <i>bald on record</i>	O ataque à face é feito de forma direta, sem que haja dúvidas de que se trata de trata, de fato, de um ataque.
Impolidez positiva	Estratégias que afetam a face positiva do ouvinte.
Impolidez negativa	Estratégias que afetam a face negativa do ouvinte.
Sarcasmo ou falsa polidez	O ataque à face do ouvinte ocorre de maneira não verdadeira, com prejuízos à sinceridade.
Retenção da polidez	Ocorre quando não há atitudes polidas em situações comunicativas em que se esperam tais práticas, como quando alguém recebe um elogio, mas não agradece.
Impolidez <i>off-record</i>	Ocorre quando o falante realiza um ato de ameaça à face de maneira indireta, ou seja, sem dizer explicitamente algo ofensivo, mas deixando implícita a intenção de atacar, criticar ou desrespeitar o interlocutor.

Fonte: Elaboração própria.

Essas superestratégias mostram que a impolidez pode se manifestar de maneiras variadas, abrangendo tanto formas abertas e explícitas, em que a intenção ofensiva é clara e direta, quanto formas sutis e implícitas, nas quais o ataque à face ocorre por meio de implicaturas, ironias ou omissões, exigindo maior interpretação por parte do interlocutor. Independentemente da modalidade, tais estratégias têm efeitos significativos nas relações

interpessoais, pois influenciam a percepção que os participantes têm uns dos outros, afetam o equilíbrio de poder e podem gerar tensões ou conflitos.

Além dessas superestratégias de impolidez, Culpeper (1996; 2005) apresenta o que chama de estratégias de saída, *output*, de impolidez, que podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 8 – Estratégias de produção de impolidez, segundo Culpeper (1996; 2005)

PRODUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ POSITIVA	PRODUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ NEGATIVA
Ignorar, esnobar o outro – não reconhecer a presença do outro. Seja desinteressado, despreocupado, antipático.	Assustar – instale a crença de que uma ação prejudicial ao outro ocorrerá.
Excluir o outro de uma atividade.	Condescender, desprezar ou ridicularizar – enfatize seu poder relativo. Seja desdenhoso.
Desassociar-se do outro, por exemplo, negar associação ou base comum com o outro; evite sentar-se juntos.	Não levar o outro a sério. Diminuir o outro (por exemplo, use diminutivos).
Ser desinteressado, despreocupado, antipático.	Invadir o espaço do outro – literalmente (por exemplo, posicionar-se mais perto do outro do que o relacionamento permite) ou metaforicamente (por exemplo, pedir ou falar sobre informações que são muito íntimas, dado o relacionamento)
Usar marcadores de identidade inadequados, por exemplo, usar título e sobrenome quando houver uma relação de proximidade ou apelido quando se tratar de uma relação de não proximidade.	Associar explicitamente o outro a um aspecto negativo – personalizar, use os pronomes “eu” e “você”.
Usar linguagem obscura ou secreta, por exemplo, mistificar o outro com jargão, ou usar um código conhecido por outros no grupo, mas não pelo alvo.	Colocar o endividamento do outro em destaque, etc.
Buscar discordância – selecionar um tópico delicado, controverso.	

Fazer o outro se sentir desconfortável, por exemplo, não ficar em silêncio (quando desejável), fazer piada ou dizer futilidades.	
Usar palavras tabu – xingar ou usar linguagem abusiva ou profana.	
Chamar por outros nomes – usar nomeações depreciativas etc.	

Fonte: CULPEPER, 1996, p. 356.

Nas estratégias de impolidez positiva, observa-se, por exemplo, comportamentos como ignorar ou esnobar o outro, excluir o interlocutor de atividades, desprezá-lo, ridicularizá-lo ou desassociar-se, enfatizando superioridade, desinteresse ou desapeço. Já as estratégias de impolidez negativa incluem ações como invadir o espaço do outro, usar marcadores de identidade inadequados, destacar débitos ou falhas do interlocutor, provocar desconforto, buscar discordância, empregar palavras tabu ou depreciativas, bem como recorrer à linguagem obscura ou exclusiva. Assim, essas estratégias demonstram que a impolidez não se restringe a palavras ou atos isolados, mas envolve um conjunto complexo de comportamentos verbais e não verbais que podem gerar constrangimento, tensão ou conflito.

No que se refere à intencionalidade do falante em atos de impolidez, Culpeper (2011) ressalta que nem toda manifestação impolida deve ser interpretada como deliberada ou intencional. Dessa maneira, a ocorrência de impolidez não implica automaticamente que o enunciador tenha a intenção consciente de ofender, desrespeitar ou ameaçar a face do interlocutor. Muitas vezes, o falante age de forma espontânea, sem perceber que suas palavras ou comportamentos podem ser interpretados como ofensivos ou inadequados dentro do contexto social específico. Isso mostra que a impolidez envolve não apenas a ação linguística e a escolha das formas de expressão, mas também fatores como percepção, contexto cultural, normas sociais e interpretação do destinatário.

Dessa maneira, Culpeper, em seus estudos sobre impolidez, destaca que esse fenômeno não pode ser compreendido apenas a partir da materialidade linguística dos enunciados, mas deve ser analisado em função do contexto comunicativo, das expectativas sociais, das normas culturais e da interpretação do ouvinte. A impolidez, portanto, é profundamente situacional: um mesmo ato pode ser percebido como ofensivo em um determinado ambiente ou grupo social e não o ser em outro. Além disso, a compreensão do interlocutor desempenha papel central, pois são suas percepções, crenças e valores que

determinam se o ato é interpretado como ameaçador à face ou não. Fatores como relação de poder, proximidade social, histórico de interações anteriores e intenções percebidas do falante também influenciam a avaliação do ato como impolido. Assim, para Culpeper, a impolidez é um fenômeno pragmático complexo, situado na interseção entre linguagem, contexto e dinâmica social, exigindo uma análise que considere não apenas as palavras proferidas, mas toda uma série de fatores envolvidos na interação.

Assim, a partir dos pressupostos teóricos apresentados, partiremos para os aspectos metodológicos do nosso trabalho, no que tange ao tipo de pesquisa, contextualização das reuniões deliberativas, da PEC do aborto e também dos procedimentos de coleta e de análise de dados.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, delinea-se o percurso metodológico que fundamenta a condução desta pesquisa, que se volta para a análise da dêixis social e das estratégias de (im)polidez presentes nas duas reuniões ³deliberativas da Comissão de constituição e justiça e de cidadania acerca da “PEC do aborto”, realizadas nos dias 13 e 27 de novembro de 2024, na Câmara dos deputados em Brasília. Nesse sentido, analisamos as falas dos parlamentares, nas referidas reuniões, a fim de verificarmos de que modo o uso dos dêiticos sociais contribuiu para a (im)polidez linguística.

Desse modo, em especial, analisamos as relações dêiticas sociais entre: a) falante e ambiente; b) falante e referente; c) falante e destinatário e; d) falante e espectador e possíveis estratégias de (im)polidez implicadas nessas interações. Neste capítulo, procedemos a cinco subseções: primeiramente apresentamos o tipo de pesquisa; em seguida, contextualizamos a Comissão de constituição e justiça e de cidadania, depois partimos para a contextualização da “PEC do aborto” e, por fim, explicitamos os procedimentos de coleta e análise dos dados, respectivamente.

4.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva, interpretativa e documental, uma vez que busca compreender os fenômenos discursivos a partir da análise interpretativa de documentos oficiais, quais sejam, as notas taquigráficas das sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No que tange à pesquisa descritiva, ainda, Gil (1999, p. 42) preconiza que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Como é observado, a pesquisa descritiva, além de descrever, identifica e caracteriza o fenômeno, sem interferir neles ou testá-los experimentalmente. Nesse sentido, nossa pesquisa é descritiva, à medida que descreve o uso dos dêiticos sociais, caracterizando as relações entre

³ Links das duas reuniões que constituem o *corpus* do nosso trabalho: Link da reunião de 12/11/2024: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/74649> - Link da reunião de 27/11/2024: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/74989>

falante e ambiente, falante e destinatário e falante e espectador, identifica as estratégias de (im)polidez mobilizadas nos excertos analisados e estabelece relações entre essas escolhas linguísticas e as repercussões, consequências envolvidas.

No que diz respeito à pesquisa documental, Gil (1999, p. 87) postula que:

(...) pesquisas elaboradas com base em documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa. É o caso das pesquisas elaboradas mediante documentos de natureza quantitativa, bem como daquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdo.

Assim, observamos que as pesquisas documentais se desenvolvem de maneira diversa, a depender dos documentos estudados ou dos procedimentos de análise. Em relação ao nosso *corpus*, realizamos uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, já que identificamos e descrevemos o papel dos dêiticos sociais associados a estratégias de (im)polidez.

4.2 Contextualizando a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

As comissões são órgãos internos da Câmara dos deputados e do Senado que têm como finalidade discutir e votar possíveis propostas apresentadas, tendo em vista que os projetos de lei, antes de serem discutidos no Plenário, passam por essas comissões que fazem parte da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Faz-se mister ressaltar, ainda, que a Constituição Federal de 1988 prevê a existência das comissões como podemos ver abaixo:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

Como observamos no parágrafo 1º, a representação dos partidos ou blocos parlamentares é assegurada de modo proporcional, com o objetivo de manter a pluralidade de ideologias e a democracia evitando, assim, o monopólio de determinados grupos nas comissões. A quantidade de parlamentares por partido em cada comissão é estabelecida a

partir da seguinte forma: o número total de deputados é dividido pelo número de membros da comissão em questão; em seguida, divide-se o resultado pelo número de deputados de um partido, assim, chegar-se-á a um número final, que corresponde à quantidade de vagas a que cada partido tem direito na comissão. Ademais, a respeito da composição dessas comissões, é importante ressaltar que ela é renovada a cada ano na Câmara e, no Senado, a cada dois anos, além de que é composta por um presidente e três vice-presidentes, que são eleitos pelos demais deputados.

De acordo com o disposto no artigo 58 da Constituição, há vários tipos de comissões: as temporárias, que têm prazo determinado de funcionamento; as permanentes que, na Câmara, são 30; e as mistas, que têm caráter permanente ou temporário e são compostas por deputados e senadores, com o objetivo de tratar de matéria pertinente ao Congresso Nacional. De acordo com o regimento interno da Câmara, em seu artigo 26, cada deputado pode fazer parte, como membro titular, apenas de uma comissão por vez.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, cuja presidente, em 2024, durante a votação da “PEC do aborto”, era a deputada catarinense, do Partido Liberal, Caroline de Toni, é uma das comissões permanentes da Câmara dos deputados que tem como atribuições votar e debater acerca dos seguintes temas:⁴

- a) aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões;
- b) admissibilidade de proposta de emenda à Constituição;
- c) assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;
- d) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça;
- e) matérias relativas a direito constitucional, eleitoral, civil, penal, penitenciário, processual, notarial;
- f) Partidos Políticos, mandato e representação política, sistemas eleitorais e eleições;
- g) registros públicos;
- h) desapropriações;
- i) nacionalidade, cidadania, naturalização, regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração;
- j) intervenção federal;
- k) uso dos símbolos nacionais;
- l) criação de novos Estados e Territórios; incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;
- m) transferência temporária da sede do Governo;
- n) anistia;

⁴ Informações disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc/atribuicoes> Acesso em: 20 de abril de 2025.

- o) direitos e deveres do mandato; perda de mandato de Deputado, nas hipóteses dos incisos I, II e VI do art. 55 da Constituição Federal; pedidos de licença para incorporação de Deputados às Forças Armadas;
- p) redação do vencido em Plenário e redação final das proposições em geral.

A CCJ, como identificamos acima, delibera acerca de vários temas importantes para o funcionamento do Estado, que envolvem aspectos constitucionais, eleitorais, civis, jurídicos, entre outros. Além disso, sua competência é bem ampla, principalmente por verificar a admissibilidade de propostas de emenda à Constituição, por esse motivo é considerada uma das comissões mais importantes, tanto na Câmara, quanto no Senado.

Somado a isso, o regimento interno da Câmara dos deputados, no artigo 53, aponta que, antes de uma proposição ser aceita, independentemente do tema, ela deve ser apreciada pela CCJ, pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão responsável pelo tema da referida proposição. De acordo com o regimento, isso ocorre “para o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, e, juntamente com as Comissões técnicas, para pronunciar-se sobre o seu mérito, quando for o caso”. Melhor explicando: se a proposição for declarada inconstitucional ou não houver base jurídica, seu trâmite é interrompido, não cabendo votação.

4.3 Contextualizando a PEC do aborto

A chamada “PEC do aborto” é uma proposta de emenda à Constituição nº 164/2012 que, inicialmente, foi apresentada em 02 de maio de 2012 pelo ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) com a seguinte justificativa apresentada pelo parlamentar no texto oficial:

A discussão acerca da inviolabilidade do direito a vida não pode excluir o momento do início da vida. A vida não se inicia com o nascimento e sim com a concepção. Na medida desse conceito, as garantias da inviolabilidade do direito à vida tem que ser estendidas aos fetos, colocando a discussão na posição em que deve ser colocada. Em resumo, essa proposta garante que os fetos tenham o mesmo direito a inviolabilidade do direito a vida.

Assim, até o momento atual, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que é assim redigido: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, caso a proposta seja aprovada, será reformulada da seguinte forma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, (desde a concepção), à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O trecho entre parênteses será inserido, com vistas a proibir práticas abortivas em solo brasileiro, independentemente das circunstâncias que levaram à ocorrência da gravidez.

Em 2024, a proposta voltou a ser alvo de discussões na Câmara dos Deputados, com a relatoria da deputada Chris Tonietto (PL-RJ), com vistas a reformular o 5º artigo da Constituição Federal, garantindo a premissa de que a vida não seja violada desde a concepção, o que alteraria a lei já vigente, que prevê o aborto legal em três casos: quando há risco de vida para a gestante, anencefalia (ausência do encéfalo e do crânio no feto) e gravidez resultante de estupro. Fora dessas circunstâncias, a legislação prevê prisão de 1 a 3 anos para mulheres que abortem ilegalmente; 1 a 4 anos para o médico ou terceiro que provoque o aborto, com o consentimento da gestante; e 3 a 10 anos para a pessoa que provocar o aborto sem o consentimento da gestante.

A relatora da proposta, a deputada Chris Tonietto, do PL, em seu parecer, em 07 de junho de 2024, posicionou-se, como esperado, favoravelmente à admissibilidade da PEC, ou seja, considerou-a constitucional e legal, além de afirmar que não identificou “afrenta à forma federativa de Estado; ao voto direto, universal e periódico; à separação dos poderes e aos direitos e garantias individuais.” Após a apreciação da relatora, a PEC seguiu para as discussões e posterior votação na Comissão de constituição e justiça e de cidadania.

Nas discussões na comissão, os parlamentares se dividiram em relação ao tema; em geral, os deputados ligados à direita, como a deputada Chris Tonietto, do PL, apoiaram a proposta e defenderam que a mudança sugerida é compatível com a Constituição. Por outro lado, os deputados alinhados à esquerda criticaram a PEC, que foi vista por eles como um retrocesso para a sociedade brasileira.

A referida PEC foi aprovada na Câmara dos deputados em 27 de novembro de 2024, com 35 votos favoráveis e 15 contrários, permitindo sua continuidade no processo legislativo. Após a aprovação na Câmara, a proposta seguirá para o Senado e, se aprovada, será promulgada e passará a integrar a Constituição. A seguir, produzimos um quadro que mostra como os deputados votaram na CCJ na câmara:

Quadro 09 – Como votaram os deputados na CCJ na câmara:

DEPUTADOS QUE VOTARAM A FAVOR:	DEPUTADOS QUE VOTARAM CONTRA:
Caroline de Toni (PL-SC), presidente	Waldemar Oliveira (Avante-PE)
Chris Tonietto (PL-RJ), relatora	Gisela Simona (União-MT)
Coronel Fernanda (PL-MT)	Laura Carneiro (PSD-RJ)

Del. Éder Mauro (PL-PA)	Elcione Barbalho (MDB-PA)
Delegado Ramagem (PL-RJ)	Bacelar (PV-BA)
Dr. Jaziel (PL-CE)	Erika Kokay (PT-DF)
Fernando Rodolfo (PL-PE)	Dandara (PT-MG)
Julia Zanatta (PL-SC)	Helder Salomão (PT-ES)
Luiz P.O Bragança (PL-SP)	José Guimarães (PT-CE)
Marcos Pollon (PL-MS)	Luiz Couto (PT-PB)
Pr.Marco Feliciano (PL-SP)	Orlando Silva (PCdoB-SP)
Delegado Bilynskyj (PL-SP)	Patrus Ananias (PT-MG)
Marcel Van Hattem (Novo-RS)	Renildo Calheiros (PCdoB-PE)
Flávio Nogueira (PT-PI)	Célia Xakriabá (PSOL-MG)
Alfredo Gaspar (União-AL)	Chico Alencar (PSOL-RJ)
Fernanda Pessoa (União-CE)	
Nicoletti (União-RR)	
Benes Leocádio (União-RN)	
Dani Cunha (União-RJ)	
Delegado Marcelo (União-MG)	
Rafael Simoes (União-MG)	
Juarez Costa (MDB-MT)	
Cobalchini (MDB-SC)	
Simone Marquette (MDB-SP)	
Cezinha Madureira (PSD-SP)	
Delegada Katarina (PSD-SE)	
Luiz Gastão (PSD-CE)	
Zé Haroldo Cathedral (PSD-RR)	
Marcelo Crivella (Republicanos-RJ)	
Ricardo Ayres (Republicanos-TO)	
Roberto Duarte (Republicanos-AC)	
Diego Garcia (Republicanos-PR)	
Mauricio Marcon (Podemos-RS)	
Gilson Daniel (Podemos-ES)	
Coronel Assis (União-MT)	

Fonte: Elaboração própria.

No quadro acima, observa-se que, em geral, os deputados alinhados à direita votaram a favor da “PEC do aborto” e os deputados alinhados à esquerda votaram, naturalmente, contra, o que demonstra uma clara polarização ideológica entre os parlamentares, como podemos verificar nas análises das notas taquigráficas.

4.4 Procedimentos de coleta de dados

O *corpus* desta pesquisa é composto pelas notas taquigráficas produzidas a partir das duas reuniões da Comissão de constituição e justiça e de cidadania acerca da “PEC do aborto”, realizadas nos dias 13 e 27 de novembro de 2024, na Câmara dos deputados em Brasília. A escolha se deve à grande repercussão do assunto na mídia e por motivação pessoal, haja vista que considero a temática interessante, polêmica. Além disso, é importante mencionar que, nas notas taquigráficas, a reunião do dia 13 de novembro foi documentada com a data do dia anterior, porém, na verdade, ela aconteceu, de fato, no dia 13, como atesta a grande mídia e o site oficial da PEC na Câmara dos deputados. Outro ponto relevante a ser destacado é que a referida comissão realizou apenas duas reuniões deliberativas; por esse motivo, o *corpus* deste estudo é constituído exclusivamente por essas reuniões.

A coleta dos dados se deu através do acesso ao *site* da Câmara dos deputados, www.camara.leg.br; na opção de busca, realizamos a procura das reuniões supracitadas, a partir das datas em que as mesmas aconteceram. A partir disso, escolhemos a opção de “Reunião em texto”, que nos deu acesso às transcrições das reuniões.

Dessa maneira, optamos por utilizar as transcrições das reuniões da referida comissão, haja vista que esse procedimento favorece as análises, que partem da materialidade textual, no que tange às investigações dos elementos dêiticos e das marcas de (im)polidez envolvidas nas sessões supracitadas, embora reconheçamos que as notas taquigráficas não nos permitam avaliar a prosódia e a ironia, mas as marcas dêiticas e a (im)polidez, que são o foco do nosso trabalho, sim.

4.5 Procedimentos de análise de dados

Nossa análise foi dividida em três etapas, inicialmente, partimos da leitura integral das transcrições das duas reuniões deliberativas da Comissão de constituição e justiça e de cidadania acerca da “PEC do aborto”, realizadas nos dias 13 e 27 de novembro de 2024, a fim de nos aprofundarmos no texto, identificarmos os parlamentares envolvidos, seus partidos e as ideias que defendem.

Posteriormente, passamos para uma segunda rodada de leitura, desta vez, com a finalidade de destacar os dêiticos sociais relacionais (Levinson (2007, p. 111) presentes nas duas notas taquigráficas. Nesse destaque, conforme proposta do linguista, realizamos a seguinte demarcação baseada nas relações manifestadas: falante e ambiente⁵, falante e referente, falante e destinatário e falante e espectador.

Diante da natureza do nosso *corpus* de análise, notas taquigráficas que registram interações face a face entre deputados na Câmara, e deputados e plateia; e que todos os turnos de fala são dirigidos entre eles e para eles, consideramos que a categoria de relação falante e referente, nesse caso, incorpora as possíveis relações entre falante e destinatário, como exemplificado por Levinson (2007, p.111) quando afirma que “o conhecido tipo de distinção *tu/vous* nos pronomes de tratamento singulares (que, acompanhando Brown e Gilman (1960), chamaremos pronomes T/V) é realmente um sistema de honorífico de referente, no qual o referente é, por acaso, o destinatário”, ou seja, compartilham da mesma categoria. No caso das sessões da CCJ, é possível que seja estabelecida a relação entre falante e referente e este, posteriormente, venha a assumir, em outro contexto enunciativo, o papel de destinatário. Um exemplo disso, presente na reunião do dia 27/11/2024, página 8, é quando o deputado Chico Alencar afirma: “Eu queria, para ser coerente com o que eu falei sobre o lugar de fala, trazer uma argumentação importante da ex-Presidente do Supremo e Ministra Rosa Weber. Ela diz que questões religiosas e morais de cada um divergem, são respeitáveis, mas o direito tem que se aplicar para todos.” Nesse exemplo, o referente também assume o papel de destinatário.

A partir disso, decidimos desmembrar a relação falante e destinatário em três categorias de relação: relações entre falante e presidência, falante e oposição e falante e aliado. Essa decisão deve-se à influência das variáveis Poder (P) e Distância (D) propostas por Brown e Levinson (1987). Segundo os linguistas, o nível de polidez empregado pelos falantes passa por um cálculo mental, cujo locutor avalia o seu nível de intimidade e a simetria das relações estabelecidas na interação. Portanto, essa organização é ilustrada na figura 6:

Figura 6 – Categorias englobadas na relação falante e referente.

⁵ Para identificar o papel dos dêiticos e das estratégias na cena interativa, valemo-nos da noção de *frame* de Goffman (2012), a fim de melhor analisarmos a relação entre o falante e o ambiente.



Fonte: Elaboração própria.

A terceira e última etapa da nossa análise foi a identificação da relação dos dêiticos, nas notas taquigráficas, com as estratégias de (im)polidez empregadas pelos parlamentares que participaram das reuniões, seguida das classificações delas. No que tange à polidez, recorreremos às estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson (1987) no quadro 6 (p. 38); no que diz respeito à impolidez, lançamos mão dos estudos de Culpeper (1996), o qual propõe algumas estratégias de impolidez, em resposta ao estudo desenvolvido por Brown e Levinson (1987), apresentadas no quadro 8 (p. 44). Nas subseções abaixo, trataremos dessa relação entre as estratégias de (im) polidez e os dêiticos sociais.

4.5.1 Estratégias de Polidez em dêiticos sociais

Há uma estreita relação entre os dêiticos sociais e as estratégias de polidez, como já é sabido. No Quadro 6 (p. 38), são listadas as estratégias de polidez de Brown e Levinson e, dentre elas, selecionamos, para nossa análise, as que consideramos mais pertinentes ao nosso objeto de estudo. A escolha dessas estratégias se justifica em razão de que elas apresentam características dêiticas, à medida que mobilizam dêiticos sociais, haja vista que situam os interlocutores em papéis sociais específicos, no contexto comunicativo, a partir de vocativos, pronomes de tratamento, honoríficos, entre outras expressões dêiticas, diferentemente de outras estratégias de polidez de Brown e Levinson. Nesse sentido, estas são as estratégias que utilizamos em nossa análise:

a) Demonstre respeito: essa estratégia evidencia um distanciamento entre o falante e o interlocutor, decorrente, por exemplo, da relevância social atribuída ao outro ou de fatores

como a faixa etária. Nesses contextos, o falante recorre a formas linguísticas que marcam formalidade e respeito, como pronomes de tratamento e vocativos cerimoniosos, com o objetivo de preservar a imagem do interlocutor e adequar a interação às normas de cortesia.

b) Delimite terreno comum: refere-se à capacidade do falante de demonstrar compreensão em relação à situação, aos sentimentos ou aos posicionamentos do interlocutor, estabelecendo proximidade e solidariedade. Ao fazer isso, reduz a distância social e favorece a cooperação discursiva.

c) Use marcadores de identidade e grupo: diz respeito ao grau de intimidade estabelecido entre os interlocutores, funcionando como um indicador da proximidade social na interação. Quanto menor a familiaridade entre os participantes, maior costuma ser o uso de formas linguísticas mais formais; por outro lado, relações mais próximas favorecem uma linguagem mais informais.

d) Restrinja-se: essa estratégia tem o objetivo de atenuar a força ilocucionária do ato de fala por meio do uso de verbos modalizadores, que suavizam o enunciado. Ao evitar a imposição direta de opiniões ou desejos, o falante reduz possíveis ameaças à face negativa do interlocutor, demonstrando cautela e consideração ao restringir a expressão de seu próprio ponto de vista.

e) Exagere: manifesta-se quando o falante intensifica ou exagera qualidades atribuídas ao interlocutor, com o objetivo de expressar admiração, reconhecimento ou deferência. Assim, valoriza-se a imagem do outro, reforçando a harmonia da interação e contribuindo para a manutenção da face do outro.

f) Minimize: essa estratégia busca reduzir o impacto de enunciados potencialmente ameaçadores à face do interlocutor, por meio de recursos linguísticos que suavizam a força do ato de fala. Dentre esses mecanismos, estão os diminutivos, que conferem um tom mais leve e cortês à enunciação, contribuindo para a preservação da imagem do ouvinte.

g) Evite desacordo: Trata-se, basicamente, da busca pela concordância, com o objetivo de evitar a ocorrência de situações conflituosas no ato comunicativo, promovendo uma interação mais harmoniosa e alinhada às normas de cortesia discursiva.

h) inclua a si (falante) e o outro (ouvinte) na atividade: essa estratégia tem como propósito possibilitar ao interlocutor sentir-se participante de um grupo, inclusive em situações comunicativas em que haja um ato de potencial ameaça à sua face.

4.5.2 Estratégias de impolidez em dêiticos sociais

Assim como ocorre com as estratégias de polidez, algumas estratégias de impolidez, conforme Culpeper (1996), articulam-se de modo mais efetivo com a dêixis social, em razão de suas características dêiticas manifestadas no ato comunicativo. Essas estratégias mobilizam recursos linguísticos que mostram a posição social dos interlocutores, as relações de poder e o grau de proximidade ou distanciamento estabelecido na interação. Nesse sentido, a mesma justificativa aplicada à seleção das estratégias de polidez estende-se às estratégias de impolidez, pois também se revelam relevantes para a análise das relações interpessoais no *corpus* investigado. Assim, apresentamos, a seguir, as estratégias de impolidez que se fazem presentes em nossa análise:

a) associar explicitamente o outro a um aspecto negativo por meio da personalização e do uso contrastivo dos pronomes “eu” e “você(s)”: consiste na oposição entre o falante e o outro, trazendo uma carga negativa para o interlocutor, intensificando a ameaça à face. Muitas vezes, essa oposição é marcada por meio de pronomes, como “eu” e “você”, que reforça o distanciamento e a assimetria estabelecida no contexto comunicativo.

b) fazer o outro se sentir desconfortável: essa estratégia consiste em provocar, de modo deliberado, o interlocutor no ato comunicativo. Assim, o falante busca expor, constranger e colocar o outro em uma posição de fragilidade, intensificando, assim, a ameaça à sua face.

c) chamar o outro por nomes depreciativos ou rótulos desvalorizadores: essa estratégia tem por objetivo atingir o ouvinte de forma bastante direta, por meio de termos que o coloquem em posição de desqualificação. O falante usa termos pejorativos, ofensivos, que desvalorize o outro, desse modo, há a deslegitimação, o confronto.

d) buscar discórdia e selecionar um tópico delicado, controverso: consiste em abordar temas sensíveis e conflituosos, provocando confronto. Dessa maneira, o falante intensifica a ameaça à face do interlocutor, rompendo, de modo intencional, com a harmonia do ato comunicativo.

4.5.3 Organização da Análise

Nossa análise, portanto, foi organizada conforme a natureza relacional estabelecida e, a cada trecho, identificamos os dêiticos sociais e suas conexões com as estratégias de (im)polidez por ventura empregadas, como veremos na seção a seguir. Antes disso, discorreremos a seguir sobre as categorias da dêixis social postuladas por Levinson (2007), a fim de melhor situarmos nossa análise.

4.5.3.1 Falante e ambiente

Levinson (2007) pouco se aprofunda a tratar da relação falante e ambiente e limita-se a afirmar que se trata dos níveis de formalidade. A partir do que estudamos de sua obra, consideramos nesta pesquisa que se trata do comportamento esperado de um participante de determinada situação comunicativa, levando em consideração tanto aspectos verbais, quanto não verbais. Entretanto, é claro que, no que se refere ao nosso trabalho, apenas a linguagem verbal será analisada.

Sabemos que, a depender do contexto do ato comunicativo, o falante tende a ser mais ou menos formal; por exemplo, em uma entrevista de emprego, é natural que o candidato à vaga empregue a linguagem formal e use dêiticos que revelem certo distanciamento em relação ao empregador. De modo diferente, em uma situação cotidiana, com um amigo, espera-se que a linguagem informal predomine, sem a preocupação com a norma culta.

No que tange ao nosso *corpus*, que se trata de reuniões deliberativas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, espera-se que os parlamentares utilizem, amplamente, dêiticos sociais condizentes com o ambiente em questão, da Câmara dos deputados, ou seja, termos mais cerimoniais, respeitosos, como o pronome de tratamento como “vossa excelência”, que revele o papel social dos deputados. No entanto, por ser um ambiente marcado por polarizações, acreditamos haja, ainda, ocorrências de dêiticos sociais inadequados e até incompatíveis ao decoro parlamentar.

Além de Levinson (2007), também lançamos mão da noção de *frame*, de Goffman (2012), para melhor explicitar a relação existente entre o falante e ambiente. De acordo com o autor, *frame* é a situação em que o ato comunicativo está envolvido, ou seja, basta perguntar-se: “o que está acontecendo?” A resposta é o *frame*; por exemplo, a reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Por fim, levando em consideração a (im)polidez e sua articulação com a relação falante e ambiente, acreditamos que, a depender do destinatário a quem o falante se dirija, diversas estratégias podem ser mobilizadas. Nesse sentido, se o destinatário for aliado do falante, espera-se que estratégias de polidez dominem o discurso e estratégias como o “uso de marcadores de identidade e de grupo” façam-se presentes de forma massiva. Todavia, caso o destinatário esteja alinhado a um posicionamento político-ideológico divergente do falante, acreditamos que, de modo geral, a impolidez prevaleça, principalmente com o uso da estratégia de “associar explicitamente o outro a um aspecto negativo por meio da personalização e do uso contrastivo dos pronomes “eu” e “você””; embora a polidez, muitas

vezes, resvale através dos dêiticos sociais, ou seja, a fala é impolida, mas há a manutenção do dêitico social “polido”, como uma “falsa polidez”, se primeiro observarmos esses dêiticos.

4.5.3.2 Falante e Referente

A dêixis social pode ser estabelecida entre o falante e o referente, ou seja, a não pessoa. Há farta documentação em que se emprega, por exemplo, pronomes de tratamento referindo-se a uma terceira pessoa não presente no discurso, como em *sua excelência* ou *sua santidade*, em oposição a *vossa excelência* e *vossa santidade*. Nesses casos, o falante codifica deferência em relação a alguém que não está presente no momento da enunciação. Todavia, conforme Levinson (2007, p. 111), o referente pode coincidir com o destinatário, de modo que, propõe-se, neste trabalho, a categoria mais ampla de falante e referente, a qual abrange a categoria específica de falante e destinatário. Esta, por sua vez, desdobra-se em subcategorias que refletem as diferentes relações observadas em nosso *corpus*, a saber: falante e presidente; falante e oposição, quando o falante, deputado, dirige-se a um deputado de partido oposicionista; e falante e aliado, quando o falante, deputado, interage com um colega aliado. Nesse contexto comunicativo da reunião da comissão, estão aptos a ocupar os papéis de falante e destinatário tanto a presidente e os deputados quanto os próprios deputados entre si, conforme será detalhado no próximo tópico.

4.5.3.2.1 Falante e destinatário

Esta categoria abriga, para nós, a mais importante relação: entre o falante e outro parlamentar, ou seja, é o cerne das reuniões deliberativas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na perspectiva de que a grande maioria das interações ocorridas nessas reuniões foi estabelecida a partir de parlamentares e seus pares, em um jogo que ora se mostra simétrico, como na relação falante e aliado; ora assimétrico, quando há a relação falante e presidente, por exemplo.

A relação falante-destinatário é a mais profícua em nossas análises, por esse motivo a seccionamos em: falante e presidência, falante e oposição e falante aliado. Assim fizemos, pois diversos são os destinatários envolvidos no referido contexto comunicativo, portanto, fez-se necessário compreender de modo mais efetivo como essas relações se concretizaram, a partir dos dêiticos e as estratégias de (im)polidez mobilizados.

Desse modo, espera-se que os dêiticos destinados à presidente Caroline de Toni, em geral, demonstrem deferência em relação ao papel social de poder que ela exerce, predominando “vossa excelência” e “presidente”. Já nas relações entre falante e aliado, bem

como entre um falante e um parlamentar da oposição, dêiticos mais formais e cerimoniais devem se sobressair, embora isso não signifique que a polidez prevaleça nessas relações, visto que é natural que a polidez impere na relação falante-aliado e a impolidez seja mais esperada na relação falante-oposição.

4.5.3.3 Falante e espectador

Nesta relação, o falante é o parlamentar e o espectador é representado pelos manifestantes que se fizeram presentes nas duas reuniões deliberativas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, eventualmente, manifestantes que acompanharam as sessões em tempo real, *on-line*. São pessoas que acompanharam as discussões acerca da “PEC do aborto” na própria Câmara dos deputados e, mesmo que o poder de fala não lhes tenha sido concedido, conseguiram se manifestar de outras formas, por meio de cartazes e gritos, que, inclusive, foram alvos de duras críticas por parte de inúmeros parlamentares.

A relação falante-espectador é marcada pela assimetria, haja vista que o falante é sempre um parlamentar e o espectador é um cidadão que se dispôs a se manifestar contra a “PEC do aborto” nas reuniões da comissão supracitada. Essa disparidade resvala na linguagem, à proporção que o falante, parlamentar, não se preocupa em demonstrar deferência ou mesmo formalidade para se referir a esses manifestantes.

Dessa forma, espera-se que o uso de dêiticos menos formais, como “você”, tenha destaque, visto que a horizontalidade estabelecida na relação parlamentar com seu par não encontra espaço na relação falante-espectador. Além disso, como o deputado que se dirige ao espectador, em geral, não concorda com sua manifestação, é esperado que a impolidez impere, principalmente através da estratégia de “usar nomeações depreciativas.”

5. ANÁLISE DAS REUNIÕES

Nosso *corpus*, como é sabido, é composto por duas reuniões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da “PEC do aborto”. Assim, organizamos a análise a partir das relações estabelecidas nessas reuniões preconizadas por Levinson (2007, p. 111) que postula que há dois tipos básicos de informação socialmente dêitica: a relacional e a absoluta.⁶

Com base nos estudos do linguista, nosso foco é a dêixis relacional, subdividida em quatro relações, a saber: falante e ambiente, falante e referente, falante e destinatário, falante e espectador. Diante do nosso *corpus*, optamos por incluir ao grupo de relações Falante x Referente, as relações diversas entre falante e destinatário, que, por sua vez, são influenciadas pela intimidade (D) e pela (as)simetria das relações (P).

No que tange à análise da polidez, recorreremos às estratégias de polidez Brown e Levinson (1987) e de impolidez de Culpeper (1996), além da noção de *frame* de Goffman (2012), para melhor analisarmos a relação entre o falante e o ambiente. Assim, nas subseções seguintes, analisamos as relações entre falante e ambiente, falante e destinatário e falante e espectador unindo-as às estratégias de (im) polidez empregadas pelos parlamentares.

5.1 Relação entre falante e ambiente

Nas duas reuniões deliberativas, os parlamentares empregaram 354 dêiticos sociais relativos ao ambiente. Essa relação está ligada ao que se espera do comportamento do participante da interação, seja no que tange à comunicação verbal, seja na não-verbal. O ambiente, além de físico/concreto, é também simbólico fincado em um enquadre cognitivo social, o qual chamamos de *frame*.

O *frame* nada mais é do que a situação em que em que a interação comunicativa está sendo envolvida. Paiva (2013, p. 66) afirma que:

Dentro desse *frame*, que contempla atributos, direitos e obrigações dos papéis desempenhados pelos sujeitos, a pessoa selecionará aqueles que acredita serem adequados ou aprovados pelo grupo ou interlocutor em questão, e os mostrará na interação, seja em forma de atos verbais, gestos ou olhares.

⁶ No que tange à dêixis absoluta, Levinson aponta que é manifestada a partir de expressões reservadas a certos falantes, ou seja, falantes autorizados, que possuiriam uma forma fixa de referência independentemente do contexto de fala. Por esse motivo, em nosso *corpus*, não se encontram exemplos desse tipo de dêixis, haja vista que não há termos de uso exclusivo de nenhum participante da reunião.

Frames são, portanto, como “uma coletividade de definições de situações que governam eventos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles” (2012, p. 10). É notável que a noção de *frame* envolve os papéis sociais de um dado contexto comunicativo, por exemplo, em uma reunião deliberativa, como é o caso do nosso *corpus*, os participantes da comissão assumem o papel social de deputados que, em geral, discutem, questionam e votam matérias. Por outro lado, duas figuras se destacam nesse *frame*: a presidente da comissão, deputada Caroline de Toni, que ocupa posição de autoridade, organiza a reunião e os turnos de fala; e a relatora, deputada Chris Tonietto, que apresenta pareceres e orienta a condução da reunião. No *frame* em questão, espera-se que os parlamentares tenham conhecimento acerca dos ritos de interação, da matéria votada e do regimento interno da Câmara dos deputados e da legislação pertinente.

Nesse sentido, é relevante observar, por exemplo, o que se espera da fala de cada parlamentar, tendo em vista o “ambiente” em que ele está inserido, entretanto, as notas taquigráficas, que são nosso *corpus*, em geral, são escritas em um nível de formalidade esperado para o ambiente, haja vista que, não raro, um parlamentar ou a própria presidente da comissão, solicitam a exclusão de trechos da própria fala dessas notas taquigráficas. Levinson (2007, p. 111) aponta que os níveis de formalidade, por exemplo, devem ser levados em consideração nessa classificação da relação falante-ambiente.

Assim, os quadros possibilitam a identificação e a categorização dos eventos sociais, são modos de uma organização de uma atividade, por exemplo, uma reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Desse modo, analisaremos, a seguir, dois trechos da reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, verificando de que modo a relação entre falante e ambiente se materializa nos usos linguísticos dos parlamentares, considerando o *frame*, dêiticos sociais e as estratégias de (im) polidez.

Exemplo 01 (Nota taquigráfica de 27/11/2024, p. 28)

O SR. PATRUS ANANIAS (Bloco/PT - MG) - **Deputada Caroline de Toni, Presidente desta Comissão, colegas Parlamentares.** Quero saudar também, como sempre faço, com muito apreço, as servidoras e os servidores desta Comissão, que possibilitam os nossos trabalhos, e todas as pessoas aqui presentes, embora em número muito reduzido. **Presidente**, eu quero inicialmente fazer comentários sobre os eventos ocorridos nesta Comissão hoje. Eu penso que o nosso comportamento e o comportamento liderado por **V.Exa.**, a meu ver, não foram dos mais sensatos do ponto de vista democrático.

No exemplo 01, o deputado Patrus Ananias emprega dêiticos sociais compatíveis com o *frame* da reunião deliberativa ao se dirigir à presidente da comissão, Caroline de Toni: o uso de “Deputada Caroline de Toni, Presidente desta Comissão” e “presidente” reforçam a legitimidade do papel social praticado pela parlamentar e o pronome de tratamento “vossa excelência” intensificam o distanciamento hierárquico esperado no contexto da comissão em questão. De igual modo, o dêitico social “colegas parlamentares” marca certa “horizontalidade”, de pertencimento a um mesmo grupo e compartilhamento de um espaço simbólico comum, a câmara dos deputados, haja vista que desempenham o mesmo papel social.

Nesse sentido, o deputado Patrus Ananias demonstra domínio da conduta linguística esperada no ambiente da reunião deliberativa, marcado pela formalidade. Além disso, o parlamentar mostra-se polido ao afirmar: “eu penso que o nosso comportamento e o comportamento liderado por V.Exa., a meu ver, não foram dos mais sensatos do ponto de vista democrático”, pois se observa que ele recorre à estratégia descrita por Brown e Levinson de “incluir a si (falante) e o outro (ouvinte) na atividade”. Isso pode ser observado no emprego do pronome possessivo “nosso”; observe que o deputado não acusa diretamente a presidente da comissão, mas ele se inclui nessa acusação afirmando que também não teve uma atitude sensata diante da situação em questão. Assim, o parlamentar atenua uma possível ameaça à face positiva da presidente, consequentemente, preserva a própria face, mesmo que seu posicionamento seja crítico e firme, esperado para o papel social político praticado pelo mesmo.

Exemplo 02 (Nota taquigráfica de 27/11/2024, p. 22 e 23)

A SRA. SIMONE MARQUETTO (Bloco/MDB - SP) - É uma questão de segurança para os Parlamentares, **Presidente**. Eu, como Parlamentar, me sinto ameaçada aqui.

A SRA. CHRIS TONETTO (PL - RJ) - Por mim, **Deputada Carol, Presidente...**

A SRA. PRESIDENTE (Caroline de Toni. PL - SC) - Não adianta causarem tumulto para fins de terminar com a sessão. Nós não iremos suspender a reunião.

A SRA. CHRIS TONETTO (PL - RJ) - Por mim, podem ficar à vontade. Podem ficar à vontade. É só tocar a reunião. Não há problema nenhum.

No exemplo acima, os dêiticos sociais, “presidente” e “Deputada Carol”, empregados pelas parlamentares marcam distintos níveis de formalidade, diferentemente do que se espera no espaço institucional da Comissão. A deputada Simone Marquette opta pelo dêitico “presidente”, ao se dirigir à presidente da Comissão, deputada Caroline de Toni, o que já era esperado, tendo em vista que, em geral, os deputados optam pelos termos “presidente” ou

“vossa excelência” (observe a seção 5.1.2.1). Esses vocábulos revelam um uso formal da língua, marcado pelo distanciamento e pela deferência, natural do ambiente em que estão inseridos. Em contraste, a deputada Chris Tonietto, do mesmo partido da presidente da comissão, o partido Liberal, inicia sua fala com o dêitico social “deputada Carol”, rompendo com o contexto formal da instituição, já que atenua a distância hierárquica e traz um grau de informalidade inadequado à situação envolvida, possivelmente, por terem alguma aproximação no âmbito pessoal ou partidária. Observe que o uso do nome “Carol” não corresponde à expectativa linguística do *frame* reunião deliberativa da comissão, por isso a deputada, logo em seguida, faz um movimento de “autorreparação” ao dizer: “presidente”, readequando o dêitico social ao papel social da destinatária, que é a presidente.

No que tange ao *frame* da reunião deliberativa, os participantes adotam os papéis sociais de parlamentares e há certa simetria em relação ao fato de todos serem deputados, mas a disparidade ocorre na relação deputado-presidente, tendo em vista o cargo de liderança da deputada Caroline de Toni. Nesse sentido, espera-se que os parlamentares adotem comportamentos verbais ou não-verbais compatíveis com o espaço, que demanda uma linguagem mais cerimoniosa, formal, embora seja de conhecimento geral que, no ambiente político, ocorrem inúmeras discordâncias ou tensões, naturais da polarização envolvida. No exemplo acima, observamos que a presidente da comissão exerce sua posição de autoridade, que faz parte do papel social desempenhado por ela, ao afirmar que não haverá suspensão da reunião e ao coibir tentativas de tumulto na reunião.

Em relação à polidez, no exemplo 02, observa-se a estratégia de polidez positiva de evitar o desacordo quando a deputada Chris Tonietto minimiza possíveis conflitos ao afirmar que a reunião poderia continuar, evitando tensões e contribuindo para a preservação da face dos interlocutores. Dessa maneira, a parlamentar constrói uma imagem de cooperação preservando, consequentemente, a própria face positiva. Diferentemente disso, a presidente, em sua fala, ameaça a face do grupo ao qual ela se dirige, ao afirmar que estão causando tumulto na reunião, mas que não irá suspendê-la, reafirmando, assim, seu papel social de poder, como presidente, na situação.

Dessa forma, a relação falante-ambiente, como vimos, é marcada pelo nível de formalidade esperado no espaço em que a situação comunicativa acontece, e não somente isso, pela dinâmica assimétrica das relações, como pelo presidente, um parlamentar da oposição ou um parlamentar aliado. Sobre isso, nos aprofundaremos nos próximos tópicos.

5.2 Relação entre falante e referente

Partindo das considerações de Levinson (2007, p. 111), segundo as quais o referente pode coincidir com o destinatário nas interações ancoradas na relação entre “eu” e “você”, nossa pesquisa, como mencionado na metodologia, adota uma categoria analítica mais ampla, denominada falante e referente. Essa categoria compreende a relação específica de falante e destinatário, a qual se organiza internamente em subcategorias que refletem as configurações interacionais recorrentes no *corpus* analisado. São elas: falante e presidente; falante e oposição, quando o deputado, na posição de falante, dirige-se a um parlamentar pertencente a partido oposicionista; e falante e aliado, nos casos em que o deputado-falante se volta a um colega politicamente alinhado, como veremos nas seções a seguir.

5.3 Relação entre falante e destinatário

Nas duas reuniões, os parlamentares mobilizaram 366 dêiticos sociais relativos aos destinatários. As sessões de votação da “PEC do aborto” abrigam uma relação complexa entre diferentes tipos de falantes e destinatários. O uso dos honoríficos e estratégias de (im) polidez variou segundo os papéis que exerciam nas interações. Com base nisso, adaptamos a categorização de Levinson (2007) para os seguintes tipos de relações que ocorrem em nosso *corpus*: quando o destinatário é a presidência, quando o destinatário imediato é oposição e quando o destinatário imediato é aliado.

5.3.1 Quando o destinatário é a presidência

Os participantes das duas reuniões deliberativas empregaram 257 dêiticos sociais dirigidos à presidente da comissão em questão. Essa relação se estabelece entre os falantes, deputados (as), e a presidente da sessão, a deputada catarinense Caroline de Toni, do PL, que ocupa posição hierárquica elevada em relação aos demais colegas de comissão. Assim, é natural que haja certa assimetria nessa relação, visto que, embora desempenhem papéis sociais iguais, de deputados, naquele *frame* específico, a parlamentar é a presidente. Em nosso *corpus*, como veremos nos exemplos a seguir, em geral, os deputados empregaram dêiticos esperados como “presidente” e “vossa excelência”, com poucas exceções, como a analisada no exemplo 01, e algumas estratégias de (im) polidez, como a de delimitar um terreno comum, como observaremos nos exemplos abaixo.

Exemplo 03 (Nota taquigráfica de 13/11/2024, p. 01)

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) - Presidente, eu gostaria de fazer pequenas retificações na ata.

A SRA.ERIKA KOKAY(Bloco/PT-DF) Se me permite, quero fazer mais uma retificação, **Presidenta**, apenas para que tenhamos uma ata com o seu sentido precípuo e possamos realmente fazer leitura que indique o que realmente aconteceu na reunião. [...]

No exemplo acima, há duas diferentes falas da mesma deputada, Erika Kokay; na primeira, utilizou o dêitico social “presidente” e, na segunda, “presidenta”, o que demonstra que há uma alternância no uso desses termos, que são dirigidos à então presidente da CCJ, Caroline de Toni. O vocábulo “presidente” é a forma amplamente mais utilizada e consagrada na gramática normativa como comum de dois gêneros, podendo ser empregada tanto para se referir ao gênero masculino, quanto ao feminino; já “presidenta” pode-se dizer que é uma escolha marcada e seu uso ocorre de modo deliberado, com vistas a explicitar o gênero feminino da parlamentar que ocupa o cargo de presidente na comissão. Assim, podemos afirmar que a escolha do dêitico “presidenta” é eivada de intencionalidade e intensificação, visto que traz à tona a visibilidade da mulher em um cargo de destaque no meio parlamentar que, historicamente, é ocupado, de forma majoritária, por homens.

Ainda sobre o uso dos termos “presidente” e “presidenta”, faz-se mister pontuar essa diferença em dados quantitativos: na reunião deliberativa de 12 de novembro de 2024, o vocábulo “presidente” foi empregado 217 vezes, contra apenas 14 ocorrências de “presidenta”; já na reunião de 27 de novembro de 2024, registraram-se 224 usos de “presidente” e somente cinco de “presidenta”. Vale lembrar que esse quantitativo leva em consideração todas as ocorrências do termo nas respectivas reuniões, ou seja, podendo ser referido a presidente Caroline de Toni ou não. Essa disparidade revela que, embora o termo “presidenta” esteja presente no discurso político, ele ainda está aquém quando comparado ao uso consagrado de “presidente”, o que sugere que, possivelmente, a escolha do dêitico social “presidenta” está atrelada a um posicionamento político-ideológico, no sentido de trazer à tona o papel da mulher em espaços tradicionalmente ocupados por homens, como os de poder, por exemplo.

No que tange à estratégia de polidez empregada pela deputada Erika Kokay, destaca-se a de “delimitar um terreno comum”, com base em Brown e Levinson, haja vista que, ao escolher a forma “presidenta”, no segundo trecho, possivelmente, a deputada Erika Kokay buscou estabelecer uma relação de proximidade, no sentido de compartilharem o mesmo gênero, a fim, claro, de diminuir o distanciamento que, inclusive, seria bastante natural, já que as parlamentares são opositoras; Caroline de Toni é do PL, tradicional partido da direita, e Erika Kokay é do PT, partido brasileiro alinhado à esquerda. É fulcral ainda mencionar que o uso desse dêitico vem acompanhado de um pedido de retificação, ato esse que poderia ser

encarado como uma ameaça à face positiva da presidente, mais um possível motivo para a escolha do termo em questão. Além dessa estratégia, outra também empregada, nesse caso, na primeira fala, pela parlamentar é a de “minimizar”, visto que a deputada faz uso do diminutivo analítico ao afirmar que “gostaria de fazer pequenas retificações na ata.” Observe que, com o propósito de minimizar possíveis efeitos negativos que sua fala poderia causar, suaviza o seu ato de fala com o diminutivo, assim, mantendo e preservando a face da presidente Caroline de Toni. Outrossim, observa-se, ainda, a estratégia de “restringir”, à medida que a parlamentar utiliza o verbo modalizador “gostaria”, com o fito de suavizar a força ilocucionária do seu ato de fala, consequentemente, evitando impor diretamente seu desejo de retificação da ata da reunião. Dessa maneira, a deputada Erka Kokay demonstra cautela e preserva tanto a sua face, quanto a da interlocutora, a presidente.

Exemplo 04 (Nota taquigráfica de 13/11/2024, p. 07)

O SR. BACELAR (Bloco/PV - BA) - **Sra. Presidente**, esta manobra para colocar esta matéria me traz preocupação e indignação. Não é uma matéria qualquer, **Sra. Presidente**, que nós estamos colocando como prioridade de apreciação hoje. É uma matéria que envolve saúde pública, que envolve direitos humanos, que envolve a autonomia das mulheres, que envolve o direito ao próprio corpo. E causa-me perplexidade uma mulher que preside esta Comissão tramar, tramar para colocar esta matéria no primeiro plano.

V.Exa. tem o direito de fazer a sua pauta, mas **V.Exa.**, numa matéria desta, precisa ouvir o colegiado, precisaria discutir mais, e não fazer uma manobra desta. É uma mulher contra os direitos da mulher brasileira.

O Governo orienta "obstrução".

No exemplo acima, os dêiticos sociais escolhidos pelo deputado Bacelar, “Sra. Presidente” e “V.Exa”, estão alinhados ao que se espera do ambiente como a Câmara dos deputados. Diferentemente do exemplo 03, o parlamentar optou pelo termo “presidente”, em detrimento de “presidenta”, ao se referir à destinatária, o que não interfere no respeito e distanciamento explicitado pelo deputado ao recorrer a termos mais formais como os já mencionados. É importante salientar que o deputado Bacelar faz parte da oposição à presidente, deputada Caroline de Toni, mas ainda assim manteve, ao menos na escolha dos dêiticos, um tom mais formal.

No entanto, essa formalidade não significa que não haja algum tipo de ameaça à face positiva da interlocutora, a presidente Caroline de Toni, pois isso ocorre no trecho de sua fala: “É uma mulher contra os direitos da mulher brasileira”, utilizando a estratégia de impolidez, com base em Culpeper de “associar explicitamente o outro a um aspecto negativo”, haja vista que atribui a ela uma postura moralmente reprovável e contraditória, já que, segundo o

deputado Bacelar constata, a presidente não defende os direitos das mulheres, mesmo sendo mulher. Assim, podemos observar que ele questiona a coerência e a moral da parlamentar, com o fito de atingi-la e descredibilizá-la diante dos demais políticos. Essas escolhas linguísticas se intensificam no exemplo 05, como veremos a seguir.

Exemplo 05 (Nota taquigráfica de 27/11/2024, p. 30)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - **Sra. Presidente**, o PSB é, nesta Comissão, representado também pelo Deputado Pedro Campos, que já teve a oportunidade de defender a posição do PSB contra esta PEC. Mas, hoje, ele não está presente, pois — infelizmente, nós não votamos ainda a licença-paternidade, que dá aos homens o direito de assumir a sua função de pai no ato de nascimento de seus filhos — teve que se deslocar para o seu Estado para cumprir sua tarefa de pai.

Eu quero falar sobre o assunto em debate, levando em conta alguns aspectos, mas, antes, eu não posso deixar de denunciar aqui alguns fatos.

V.Exa. decidiu, sem consulta, levar esta Comissão para outra sala, uma sala pequena, onde havia a determinação de não entrar ninguém que não fosse Deputado, uma sala onde não dava nem para os próprios Deputados estarem presentes. Quando nós, eu e o Deputado João Carlos Bacelar, estávamos entrando na sala, um senhor de barba se dirigiu ao Deputado João Carlos Bacelar, bateu no ombro dele, pôs o dedo em riste no rosto dele e lhe disse um desaforo. Nós respondemos a isso. Imediatamente, um senhor que estava atrás de **V.Exa.** no início da reunião, um senhor alto, de óculos, se sentiu no direito de nos responder. Não sei quem é ele, não sei de quem se trata, mas ele esteve aqui nesta Comissão, atrás de **V.Exa.**, durante muito tempo. Ele certamente não é funcionário da Casa, porque, se o fosse, saberia que não poderia se dirigir dessa maneira a um Parlamentar. Enquanto o Parlamentar era agredido, ele reafirmava os termos do agressor contra o Parlamentar.

Também quero lamentar que **V.Exa.**, ao presidir esta reunião de hoje, não tenha tido a mesma compreensão que teve na reunião em que se discutiu...

Estou incomodando alguém? Não sei.

V.Exa. permitiu, durante a reunião de discussão da PEC da Anistia, a manifestação daqueles que estão ao seu lado, os seus companheiros. Enquanto os nossos Deputados e Deputadas falavam, eles gritavam, chamavam-nos de covardes, proferiam uma série de outros desaforos, para impedir a fala desses Deputados.

No trecho destacado do exemplo 05, há os mesmos dêiticos sociais do exemplo 04, “Sra. Presidente” e “V.Exa.”, os quais são direcionados à presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que ocupa a posição de destinatária principal do enunciado. Esses pronomes de tratatamento refletem os mesmos propósitos que o deputado Bacelar empreendeu no exemplo anterior: respeito, deferência e distanciamento, que são requeridos no ambiente em que eles se encontram. De igual modo, a deputada baiana Lídice da Mata é oposição da presidente Caroline de Toni, mas esse fato não afeta a formalidade com a qual a situação comunicativa foi conduzida.

A impolidez, no entanto, faz-se presente em alguns trechos da deputada baiana, por exemplo, quando utiliza a estratégia, com base em Culpeper (1996, p. 356) de fazer o outro se

sentir desconfortável ao afirmar: “V.Exa. decidiu, sem consulta, levar esta Comissão para outra sala, uma sala pequena”, enfatizando a exclusão de pessoas e a dificuldade de acomodação até mesmo dos próprios parlamentares, instaurando uma crítica incisiva e até mesmo, um constringimento para a presidente. Essa crítica se intensifica até o fim de sua fala ao proferir: “Também quero lamentar que V.Exa., ao presidir esta reunião de hoje, não tenha tido a mesma compreensão”, seguido da pergunta retórica “Estou incomodando alguém? Não sei.”, a qual funciona como um recurso um tanto irônico que aumenta o desconforto da interlocutora e, possivelmente, da audiência. Por fim, a deputada Lídice acusa a presidente Caroline de Toni de permitir “durante a reunião de discussão da PEC da Anistia, a manifestação daqueles que estão ao seu lado, os seus companheiros. Enquanto os nossos Deputados e Deputadas falavam, eles gritavam, chamavam-nos de covardes, proferiam uma série de outros desaforos, para impedir a fala desses Deputados.” Com isso, a parlamentar traz à tona, ao ferir a face positiva da presidente, uma situação já ocorrida a fim de responsabilizá-la por possíveis problemas na condução da reunião.

Como vimos nesta seção, os parlamentares, em geral, mantiveram o uso de dêiticos sociais adequados ao cargo da presidente Caroline de Toni, tendo em vista seu papel social na situação comunicativa; ademais, houve alternância entre o uso dos dêiticos “presidente” e “presidenta”, porém a impolidez não deixou de ser manifestada, inclusive com críticas bastantes rígidas, como também veremos na seção a seguir, que trata da relação falante-oposição.

5.3.2 Quando o destinatário imediato é oposição

Nesta relação, verificamos o emprego de 64 dêiticos direcionados a deputados da oposição, tomando como referência o falante. Essa relação se manifesta entre o falante, parlamentar em exercício, e a oposição, composta por deputados que ocupam posição político-ideológica divergente no *frame* da reunião deliberativa da CCJ. Diferente da assimetria na relação entre falante e presidente, que leva em consideração a posição institucional, a relação entre falante e o membro da oposição tem uma assimetria marcada pela ideologia, em que o falante visa se sobressair em relação ao opositor, por isso, muitas vezes, estratégias de impolidez não empregadas; já em outras, a polidez ganha destaque, apesar da tensão e conflito, próprios do ambiente político. Nesse sentido, os dêiticos sociais ajudam a reforçar essas relações de (im)polidez, ora com dêiticos que expressam formalidade, ora com dêiticos inadequados, revelando aproximação, ou distanciamento, como veremos nos exemplos a seguir.

Exemplo 06 (Nota taquigráfica de 13/11/2024, p. 25)

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Vocês vão ficar fazendo barulho aí? Na hora que **vocês** estavam bosteando, eu fiquei quieto. Vamos ficar quietos? Pelo amor de Deus!

Vamos garantir a palavra — para usar termos mais educados.

Volto ao raciocínio: a espécie de criminalidade que se desenvolveu no Rio de Janeiro, devido às condições geográficas e políticas de lá, é diferente da criminalidade de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Manaus. Ela é completamente diferente. Precisamos permitir que os Estados tenham independência para legislar sobre os assuntos.

Sabem por que eles têm medo? Os Estados têm a capacidade de eleger a maioria legislativa que eles escolhem. Eles têm representatividade verdadeira. Não é que nem esta vergonha aqui, em que há uma falta de proporcionalidade entre os Deputados. São Paulo tem 70 Deputados Federais, mas deveria ter 117 Deputados Federais, de acordo com a sua população. Está faltando Deputado de São Paulo aqui, para mostrar que nós temos a maior população, nós temos o maior PIB. Nós devemos ter mais representatividade.

Eu não sou a favor de mais Deputados, porque isso importa gasto público. Eu sou a favor de menos Deputados. Deveria haver muito menos Deputados. Deveria haver um quarto do número de Deputados. Assim os Estados pequenos, como o Rio de Janeiro, teriam a representatividade devida. Mas não é assim. Com isso, vivemos hoje esta bizarrice. São Paulo está sub-representado. A força daquele Estado não está representada na Câmara dos Deputados, por falta de representatividade, de proporcionalidade.

Na hora em que levamos isso para a Assembleia Legislativa, que é quem democraticamente representa melhor o Estado, eles não querem. Eles querem segurar aqui.

Por último, eles vêm com esse argumento ridículo de uma PEC fictícia, com um texto absurdo de centralização da segurança pública.

Vocês entenderam que nós estamos tentando descentralizar, para ser mais democrático, para ser mais objetivo, para se adaptar melhor à realidade do Estado, e eles querem o contrário? Eles estão centralizando. O Lula quer criar a policiazinha dele, a Gestapo dele, como se a Polícia Federal já não estivesse fazendo esse trabalho. Vamos dizer a verdade aqui. O Lula quer criar a policiazinha dele, para colocá-la na rédea e usá-la da forma que bem entender. Essa PEC é um absurdo e deve ser rechaçada.

Proibir os Estados de legislar é outro absurdo. Os Estados tinham que legislar sobre tudo: direito do trabalho, direito penal, legislação de armas. Os Estados é que têm legitimidade. **Vocês** não têm. A Câmara dos Deputados não tem legitimidade para decidir sobre os Estados. Leiam! Estudem! **Vocês** vão entender que, quanto maior o Estado e a Nação, maior a tendência ao abuso, à ditadura. Por quê? Porque há objetos de controle.

No trecho acima, o uso do pronome de tratamento “vocês”, para se referir aos deputados, é completamente inadequado ao contexto da Câmara dos deputados, tendo em vista que é um local marcado pela linguagem formal, no sentido de manter o respeito entre os parlamentares. Em geral, a escolha dos dêiticos sociais leva em consideração a relação entre os interlocutores, faixa-etária ou contexto, por isso se esperava que o deputado Paulo Bilynskyj empregasse formas de tratamento mais cerimoniais, como “vossas excelências”, no entanto o parlamentar pareceu ignorar essas convenções ao usar um dêitico que marca maior proximidade e que é mais comum

em situações informais e cotidianas, reduzindo, “de modo forçado”, a distância natural entre os interlocutores, rejeitando o protocolo discursivo que o ambiente exige, assim, empregando marcador de identidade inadequado, ou, ainda, gerando, intencionalmente, uma assimetria entre ele e a oposição. Esse movimento do deputado não é aleatório, mas deliberado, visto que costuma se posicionar de forma bastante incisiva e conflituosa, gerando tensão nos debates.

Somado a isso, é bastante evidente que o deputado Paulo Bilynskyj foi impolido em sua fala no trecho em que diz: “Na hora que vocês estavam bosteando, eu fiquei quieto”; observa-se a estratégia descrita por Culpeper (1996, p. 356), que consiste em associar explicitamente o outro a um aspecto negativo por meio da personalização e do uso contrastivo dos pronomes “eu” e “vocês(s)”. Ao usar o termo “bostejar”, o parlamentar ofende os demais deputados, trazendo um aspecto negativo e até depreciativo para eles, deslegitimando suas falas ao desprezar suas ideias, com isso, há um claro ato ameaçador à face positiva daqueles a quem se dirige. Além disso, a oposição entre “vocês” e “eu” traz uma polarização discursiva na qual se constrói a ideia de que o falante é superior, digno de respeito e os “oponentes” são desprezíveis e suas ideias não são adequadas, instaurando um confronto, conflito, comprometendo a civilidade esperada para a situação e o lugar.

Exemplo 07 (Nota taquigráfica de 27/11/2024, p. 13)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Bem, são só 3 minutos, então infelizmente não terei tempo de dialogar com **V.Exa., Deputado Gilson Marques**, pelos absurdos que foi dito por **V.Exa.**

Eu quero apenas sensibilizar quem está nos escutando, como uma mulher, mãe de dois. Eu sou mãe de duas crianças. A maternidade para a minha vida foi uma escolha e é uma das coisas mais importantes da minha vida. E eu sou mãe de uma menina, de uma menina num Brasil que não protege as meninas.

Esta Casa deveria defender a vida e as famílias. Esta Casa deveria defender a vida das 27 mil meninas, até 14 anos, que pariram no último ano, ou seja, que foram estupradas. E a maioria delas foi estuprada por padrastos ou pais, dentro das próprias famílias. Esta Casa deveria dedicar-se a defender a vida das mulheres — quase 1 milhão de mulheres! — que foram estupradas no último ano no Brasil. Esse é um drama, e nós deveríamos nos dedicar a enfrentar esse drama.

Esta Casa deveria prevenir essa violência, fomentando a educação sexual nas escolas, por exemplo, que são o local onde a menina — que é violentada dentro de casa — denuncia essa violência. Deveríamos avançar no fluxo de acolhimento e atendimento a mulheres estupradas e violentadas. Mas, não, esta Casa quer fazer retroceder o Código Penal, da década de 40. **Deputado Gilson**, perdoe-me, mas a Constituição está acima do Código Penal. Se a Constituição propuser a proibição do aborto em qualquer caso, vai ser impossível a uma mulher violentada interromper essa gestação; vai ser impossível a uma menina violentada — eu sou mãe de uma menina e eu quero proteger as meninas como minha filha — interromper uma gestação; vai ser impossível a uma mulher com uma gravidez tubária, que é a maior causa de morte materna no primeiro trimestre, interromper uma gestação.

Vocês não estão defendendo vida nem família. **Vocês** estão querendo retroceder, fazer o País dar

passos atrás, como quase nenhum país do mundo, com uma legislação completamente restritiva, que é um ataque à vida de mulheres e meninas.

Minha gente, criança não é mãe, estuprador não é pai, e o papel do Parlamento brasileiro é defender a vida das meninas e mulheres. (*Palmas.*)

No excerto acima, há um contraste bastante evidente entre os dêiticos sociais, “V.Exa.” e as formas “vocês” e “minha gente”, empregados pela deputada Talíria Petrone, pois, como é sabido, “vossa excelência” é um pronome de tratamento deveras formal e amplamente utilizado no espaço da Câmara dos deputados, com o objetivo de mostrar deferência, respeito, mesmo que haja discordância, como é o caso do que ocorreu na fala da parlamentar em questão. De diferente modo, o uso dos dêiticos “você” e “minha gente” revelam, assim como no exemplo 07, um rompimento com a linguagem formal, pois são expressões mais informais, próximas do linguajar corriqueiro, da fala cotidiana, ou seja, marcadores de identidade inadequados, por isso destoam do ambiente em que o debate ocorre e divergem do grau de formalidade esperado pelos deputados.

No que tange à polidez, observa-se que a deputada Talíria Petrone utiliza algumas estratégias, dentre elas a de pedir desculpas quando diz: “Deputado Gilson, perdoe-me, mas a Constituição está acima do Código Penal.”, a fim de mitigar uma possível ameaça à face negativa do interlocutor, já se antecipando ao fato de que sua fala pode gerar discordância, confronto. Além disso, o uso de “vossa excelência”, em duas ocasiões, revela a estratégia de demonstrar respeito, apesar de suas fortes críticas ao deputado. Assim, observamos que a deputada Talíria busca manter deferência e distanciamento, além de respeitar as normas de tratamento que se esperam na Câmara dos deputados.

Desse modo, a relação estabelecida entre falante e destinatário, sendo esse da oposição, mostrou-se bastante assimétrica, no que tange às ideologias defendidas pelos dois lados, mas simétrica, haja vista que são deputados, assim, compartilham do mesmo papel social, por isso não sentem tanta necessidade de serem mais cerimoniosos ou até respeitosos, como quando estão falando com a presidente da comissão. De modo diferente, ocorre quando o destinatário imediato é aliado, como observaremos na seção a seguir.

5.3.3 Quando o destinatário imediato é aliado

Nesta relação, identificamos 45 dêiticos sociais que foram mobilizados para se direcionar a um parlamentar aliado, tomando como referência o falante. Trata-se da relação estabelecida entre o falante (deputados) e outros deputados, que são seus aliados, ou seja, compartilham do mesmo posicionamento político-ideológico. Dada a proximidade entre os

interlocutores, essa relação é marcada pela concordância e respeito mútuo, o que se reflete em escolhas linguísticas que favorecem a cooperação. No que tange à escolha dos dêiticos sociais, formas como “colega” e “querida” tornam-se usuais, a fim de favorecer a aproximação; além disso, é claro, a polidez dominou esses discursos e estratégias como “uso de marcadores de identidade e grupo” foram bastante empregadas, como veremos nos exemplos a seguir.

Exemplo 08 (Nota taquigráfica de 13/11/2024, p. 20)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS) - Presidente, falarei de forma rápida, para não tomar todo o tempo e podermos avançar nesse assunto. Surpreende-me muito um Parlamentar desta Casa querer comparar, **colega Deputada Julia**, a criminalidade dos Estados Unidos com a do Brasil. Das duas, uma: ou não sabe ler informações, jornais, notícias, ou vive no mundo de Nárnia, porque não há outra explicação.

Nos Estados Unidos, o modelo de penas para criminosos é, sim, estabelecido pelos Estados. Os entes federados fazem a República Federativa do Brasil. Nós somos uma República Federativa, **colega Deputado Redecker**, somente no nome e para pagar imposto para vir para o centro. É só para isso, para mais nada.

No exemplo acima, os dêiticos sociais em destaque “colega Deputada Julia” e “colega Deputado Redecker” enquadram-se na subclassificação falante-destinatário de Levinson (2007, p 111), uma vez que estabelecem uma relação entre o falante e aqueles a quem se dirige, neste caso, aos dois deputados que, claramente, são seus aliados. Além disso, o emprego do termo “colega” marca uma proximidade entre os interlocutores da situação comunicativa e até de pertencimento a um mesmo grupo, sinalizando alianças políticas, cooperação e compartilhamento de um espaço simbólico comum, a Câmara dos Deputados. Por um lado, o termo “deputado” instaura no outro o devido papel social que lhe cabe, no âmbito intitucional, de parlamentar, por outro, o termo “colega” reduz o distanciamento social entre o falante, deputado Mauricio Marcon e os deputados Julia Zanatta e Lucas Redecker.

Nesse sentido, essas escolhas lexicais revelam o uso de marcadores de identidade e grupo, conforme Brown e Levinson; tal estratégia pode ser observada quando o deputado Mauricio Marcon opta por utilizar o vocábulo “colega” e não “Vossa Excelência”, como boa parte dos parlamentares fizeram. Essa escolha não é aleatória, pelo contrário, ao discordar do deputado pernambucano Pedro Campos, do PSB, no que tange à comparação do Brasil com os Estados Unidos, o deputado Mauricio busca apoio nos seus aliados, referindo-se a eles como “colegas”, assim, manifestando um indicador de proximidade social, aumentando a familiaridade, consequentemente, diminuindo o distanciamento, por isso a linguagem empregada tende a ser menos formal, como é o caso do emprego do termo “colega” que, para

o contexto em questão, não seria esperado, dada a formalidade exigida na Câmara dos deputados.

Exemplo 09 (Nota taquigráfica de 27/11/2024, p. 6 e 7)

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS) - Obrigado, **Deputada Coronel Fernanda**. Parabéns pela fala! Presidente, quero só deixar uma coisa clara: parece-me que nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça. Talvez eu não tenha a certeza disso, porque o discurso que a colega de esquerda fez, **colega Deputada Chris Tonietto**, traz vários pontos que não fazem o menor sentido no projeto que aqui está. Cria-se uma narrativa baseada em factoides mentirosos para que a opinião pública fique contra um projeto.

Eu vou ler o art. 1º da proposta que dá nova redação ao art. 5º da Constituição Federal — estamos julgando se a proposta é constitucional ou não — para que as pessoas de casa não fiquem poluídas com o discurso de ódio vindo da extrema esquerda. O único artigo da proposta diz o seguinte: *"Art. 1º O caput do art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 5º. Todos são iguais perante a lei (...)'"* Até aqui, tudo certo, acho que não há discussão. E *"sem distinção de qualquer natureza"*, ou seja, branco, preto, católico, então está tudo certo; *"garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida"* — até aqui, tudo certo —, *"desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes"*.

É isso que nós estamos discutindo. Ninguém está discutindo o fim de tratamento com célula-tronco. Ninguém aqui está discutindo... nada! Falou-se um monte de mentira por 15 minutos, incessantemente.

As mentiras são tão grandes, que tentam colocar em nós, da Direita, a pecha de defensores de estupradores. Mas, **Coronel Fernanda**, eu lhe pergunto: se houver uma PEC aqui ou um projeto de lei que aumente a pena para estupradores, como votaremos? Seremos favoráveis. E como votará aquela Deputada que falou por 15 minutos, trazendo mentiras? Ela votará contrariamente. Esse é o histórico. Tivemos uma votação, no ano passado, nesta Casa, para aumentar a pena de latrocida, do cara que entra na sua casa para roubar. Como a Deputada votou? Adivinhem? Contra.

Mas este bebê que ela chama de boneco, que é uma representação de um ser humano — com cabeça, pernas, braços, com uma alma por trás —, isto para ela é um boneco e não merece ter qualquer chance de sobreviver. Para ela, é um lixo! Mas o estuprador da menina que ela diz defender — opa! —, esse merece, porque tem direitos: comidinha quente, colchãozinho bem bonitinho, um tratamento VIP na penitenciária. Ai de quem quiser aumentar a pena do estuprador, porque a turma do PSOL e da extrema esquerda estará aqui para defendê-lo!

Eu não consigo entender a lógica, **Deputada Coronel Fernanda**, de quem defende marginal e acha que bebê tem que morrer. Para mim, é inconcebível uma coisa dessas!

Mas, com certeza, aos olhos de quem é sério neste País, nós estamos fazendo o trabalho correto. Vamos aprovar este projeto com a maioria, porque aqui há democracia, e as pessoas não caem em falácias da extrema esquerda.

Devolvo a palavra para a **minha colega Deputada Coronel Fernanda**.

No exemplo 09, mais uma vez o deputado Mauricio Marcon utiliza o termo “colega”, dessa vez, referindo-se às deputadas Chris Tonietto e Coronel Fernanda, inclusive de forma mais enfática ao chamar essa última de “minha colega”, reforçando a aproximação com a alidada e intensificando a polidez positiva, à medida que utiliza esses dêiticos sociais do tipo

falante-destinatário, valorizando sua face positiva. No entanto, o que chama a atenção é o emprego da expressão “colega da esquerda”, que pode ser vista como paradoxal, tendo em vista que há um marcador de pertencimento a um mesmo grupo, “colega”, porém o complemento “da esquerda” mostra que o falante mostra-se ideologicamente oposto a esse interlocutor, ou seja, há uma carga pejorativa, que é confirmada ao longo de sua fala quando cita as expressões “turma do PSOL” e “extrema esquerda”, ou seja, o dêitico “colega” deixa de funcionar como um marcador de identidade e grupo e passa a reforçar uma diferenciação, distanciamento.

Ainda sobre as expressões “turma do PSOL” e “extrema esquerda”, elas se enquadram na estratégia de impolidez descrita por Culpeper (1996, p. 356), que consiste em chamar o outro por nomes depreciativos ou rótulos desvalorizadores. Ao empregar essas expressões, o deputado constrói representações negativas e estigmatizadas do grupo opositor, associando-o a discursos de ódio, falácias e defesa de criminosos, o que configura um ataque direto à face positiva desses interlocutores coletivos. Isso é corroborado quando o deputado Mauricio Marcon, no exemplo 10, afirma que a deputada Sâmia Bonfim falou “um monte de mentira por 15 minutos, incessantemente”, intensificando o ataque à face positiva da deputada, desqualificando sua fala e sua competência. Esse tipo de conflito busca, claramente, deslegitimar o outro, o que é bastante recorrente no discurso político, haja vista que o contexto parlamentar, político, é marcado por grandes polarizações.

Exemplo 10 (Nota taquigráfica de 27/11/2024, p. 16)

O SR. ELI BORGES (PL - TO) - **Presidente**, inicialmente, parabenizo-as pela autoria desta proposição e pela brilhante relatoria, a da **nossa querida Chris Tonietto**.

Há umas particularidades, **Presidente**. Aqui uso aquela expressão de rua: “*Misturam-se alhos com bugalhos*”. O que sediscute aqui é o clareamento de quando começa a vida, na nossa Constituição Federal. Dizem que não podemos trazer questões religiosas porque o Estado brasileiro é laico, mas somos religiosos sim, e a imensa maioria da população é conservadora. E, se o poder emana do povo, para ele é exercido. Então, as decisões competem à maioria.

No exemplo 10, a expressão “nossa querida Chris Tonietto” configura-se como um dêitico social do tipo relacional, porém é importante observar o uso do adjetivo “querida”, que traz uma carga afetiva para a fala do deputado Eli Borges, valorizando a face positiva da deputada Chris, projetando nela uma imagem de estima e reconhecimento público pelo seu trabalho como relatora da “PEC do aborto”, o que mostra até um alinhamento ideológico, à medida que são do mesmo partido e compartilham posicionamentos em comum.

Nesse sentido, assim como nos exemplos 08 e 09, há uma forte relação entre o dêitico social empregado e a estratégia de usar marcadores de identidade e grupo, reduzindo a distância social e, de certa forma, legitimando a deputada tanto no que se refere ao âmbito parlamentar, quanto no plano afetivo, de afinidade pessoal. Isso se intensifica quando ele afirma que a deputada Chris Tonietto teve uma brilhante relatoria, manifestando a estratégia de “exagerar”, mostrando admiração pela colega, valorizando-a publicamente e elevando sua imagem. Por fim, é interessante pontuar o uso do pronome possessivo “nossa”, que amplia a visão do deputado Eli Borges, no sentido de mostrar que seu apreço pela parlamentar é compartilhado por seus pares, outros aliados, assim, reforça a ideia de fortalecimento do grupo, ou seja, contrói discursivamente a imagem de que “seu lado” é unido e tem influência no meio em que eles estão inseridos.

Desse modo, observamos que, na relação falante-destinatário, o nível de formalidade variou, o que refletiu na escolha dos dêiticos empregados e em algumas estratégias de (im)polidez identificadas, mas a relação estabelecida é de parlamentar para parlamentar, diferentemente da que se manifesta na seção a seguir, que leva em consideração a relação falante-espectador.

5.4 Relação entre falante e espectador

Nesta relação, verificamos 11 ocorrências de dêiticos sociais destinados aos espectadores das reuniões deliberativas da CCJ. Essa relação se manifesta entre o falante, que é parlamentar, e os manifestantes que se fizeram presentes nas reuniões deliberativas da CCJ. Diferentemente das interações entre parlamentares, em que há certa horizontalidade, haja vista que desempenham os mesmos papéis sociais, a relação falante-espectador é marcada pela assimetria, em que o poder de fala oficializado apenas é concedido aos deputados. Com base na análise do *corpus*, essa relação é estabelecida por dêiticos sociais que delimitam o grupo dos manifestantes e reforçam o distanciamento natural entre manifestantes e parlamentares. Além disso, várias foram as estratégias de (im) polidez empregadas pelos políticos, dentre elas a de incluir a si (falante) e o outro (ouvinte) na atividade e de usar nomeações depreciativas, como veremos nos exemplos abaixo.

Exemplo 11 (Nota taquigráfica de 13/11/2024, p. 7)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) - Presidente, peço 1 minuto, por gentileza. Presidente, solicito à Mesa que peça para os colegas da Esquerda terem mais um pouquinho de tolerância e bom senso na fala deles. Na vez passada, eles nos acusaram de ser apoiadores de estuprador, ser apoiadores disso e daquilo, mas eu gostaria de pedir para que eles, primeiro,

tomem vergonha e nos tratem com respeito, porque, até agora, todas as ações que estão aqui são debatidas nesta Casa, são debatidas nesta sessão, e não tratamos ninguém com indiferença.

Agora nos colocar como criminosos porque nós estamos defendendo a pauta da vida! Eu quero saber se eles vão defender a pauta para colocarmos atrás das grades os estupradores, porque eu estou enjoada de ver aqui projetos que vão aumentar a pena para quem comete estupro, para quem comete homicídio, para quem promove o tráfico de drogas. E eles não fazem nada, têm mil e uma maneiras para defender o bandido.

Nós estamos vendo aí fora várias mulheres com bandeiras a favor do aborto, mas eu quero que essas mulheres venham aqui e nos ajudem a colocar bandeiras para prender aqueles que agredem, estupram e matam mulheres, porque a turma da Esquerda para fazer **vocês** matarem uma criança está aqui fazendo o maior "bafafá", mas para prender quem faz o mal para a mulher, eles são os primeiros a proteger.

Então, **mulheres**, vamos colocar atrás das grades quem faz mal para **vocês** na realidade, e não na ficção! Eu fico vendo aqui um monte só na ficção.

Acordem, **mulheres**! Acordem, **mulheres**! Não sejam usadas para manobra da Esquerda! Obrigada, Presidente.

No exemplo 11, os termos “vocês” e “mulheres” operam como dêiticos sociais do tipo relacional que estabelecem a relação falante-espectador; o primeiro traz consigo certa polarização, à medida que instaura uma dissociação entre o “eu” parlamentar e o “vocês” manifestantes, além retratar uma “fronteira simbólica” marcada pela disparidade entre as interlocutoras. Já o termo “mulheres” funciona como um vocativo que, ao mesmo tempo, convoca e delimita as interlocutoras intensificando a separação existente entre elas e a parlamentar. Além disso, assim como nos exemplos 12 e 13, há uma relação assimétrica entre as interlocutoras, que desempenham distintos papéis sociais; de um lado, a deputada de direita Coronel Fernanda, do PL, do outro, as mulheres que estão entre os manifestantes na Câmara dos deputados.

No que tange à estratégia empregada pela parlamentar, observamos que a deputada mobiliza a estratégia de polidez, preconizada por Brown e Levinson, de “incluir a si (falante) e o outro (ouvinte) na atividade” que pode ser identificada no trecho: “Então, mulheres, vamos colocar atrás das grades quem faz mal para vocês na realidade, e não na ficção!”. O uso do verbo “vamos”, na primeira pessoa do plural, traz uma ideia de inclusão e cooperação gerando uma aparente solidariedade discursiva entre as interlocutoras, no sentido de uni-las no mesmo propósito de proteger as mulheres, entretanto se observa que isso ocorre de modo seletivo e estratégico.

Exemplo 12 (Nota taquigráfica de 27/11/2024, p. 19)

A SRA. CHRIS TONETTO (PL - RJ) - É uma pena. **Essa militância**⁷ vocifera, grita, mas aquilo não tem racionalidade para combater o que eu estou falando. Eu estou falando de fatos; eu não estou falando de invencionice, nem jurídica, nem subterfúgio político ou jurídico.
(*Manifestação na plateia: Criança não é mãe, esturador não é pai!*)

No exemplo acima, a relação falante-espectador é estabelecida pela expressão em destaque “essa militância”, que é um marcador discursivo pejorativo, que desqualifica o grupo a quem se dirige, os manifestantes que estão presentes na Câmara dos deputados, atribuindo-lhes a ideia de irracionalidade e inconsequência ao afirmar que “vociferam” e “gritam”, além de subestimar sua capacidade argumentativa dizendo que eles “não têm racionalidade para combater”.

A escolha lexical da deputada Chris Tonietto ao proferir “essa militância” revela a estratégia de impolidez descrita por Culpeper (1996, p. 356) como “usar nomeações depreciativas”, principalmente porque o uso do termo instaura, automaticamente, uma polarização em que os manifestantes são depreciados, diminuídos, e a falante se projeta como portadora “do que é correto”, da moral. Dessa maneira, há uma clara ameaça à face positiva do grupo criticado, marcada pela desqualificação moral e intelectual.

Exemplo 13 (Nota taquigráfica de 27/11/2024, p. 20)

A SRA. CHRIS TONETTO (PL - RJ) - É curioso, é só gritaria, é só gritaria, e zero efetividade. Só gritaria! Eu pergunto: o que **vocês** fazem para combater o estupro? O que **vocês** fazem para combater o estupro? Porque **vocês** encaminham a menina para o aborto, depois **vocês** a largam à própria sorte. Esse é o "mais amor" da Esquerda, das feministas. É isso. É só jargão feminista, e zero efetividade. É isso!

No exemplo 13, a relação falante-espectador é instaurada pelo dêitico social “vocês”, que se justifica pela disparidade hierárquica entre a deputada e os manifestantes que, institucionalmente, não têm poder de fala. Nesse sentido, observa-se que o interlocutor passa a ocupar o papel social de público externo que, muitas vezes, não é bem visto ou até mesmo encarado como aquele que rompe a ordem estabelecida no ambiente; diferentemente das relações falante-aliado, falante-oposição e falante-presidência, em que o destinatário é outro parlamentar, ou seja, há uma certa “horizontalidade discursiva”, que exige um decoro e código de conduta, inclusive linguístico, por esse motivo há dêiticos que são esperados no ambiente, em detrimento de outros.

⁷ Nesse ponto do debate, a parlamentar se referia, exclusivamente, aos manifestantes presentes na sessão. Todavia, é possível compreender que o comentário da deputada poderia ser extensivo a manifestantes não presentes na sessão estabelecendo-se, portanto, a relação de falante e destinatário.

Outro ponto a ser observado é a estratégia de impolidez empregada pela deputada Chris Tonietto de buscar discórdia e selecionar um tópico delicado, controverso, com base em Culpeper (1996, p. 356). Esse movimento pode ser percebido ao afirmar que os manifestantes apenas gritam e nada fazem para combater o estupro; isso se intensifica ao proferir a pergunta retórica: “o que vocês fazem para combater o estupro?”, que tem o intuito de acusar, deslegitimar os manifestantes e associá-los à imagem de hipocrisia, negligência e ineficácia. Ao relacionar as posições sociais em que os interlocutores se encontram com o discurso da parlamentar em questão, observa-se que a mesma não busca negociação, acordo, mas sim discordância e intensificação do conflito, a fim de, possivelmente, reafirmar seu posicionamento acerca do assunto contribuindo para a polarização ideológica.

Desse modo, podemos observar que a relação falante-espectador mostrou-se bastante conflituosa, marcada pelo uso de dêiticos que refletem a assimetria estabelecida entre falante e público que, na sessão, são os manifestantes. Além disso, a impolidez foi amplamente utilizada, tendo em vista as divergências entre alguns parlamentares e os espectadores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou os dêiticos sociais e a (im) polidez linguística em duas reuniões da Comissão de constituição e justiça e de cidadania acerca da “PEC do aborto”, realizadas nos dias 13 e 27 de novembro de 2024, na Câmara dos deputados em Brasília. Nosso objetivo principal foi analisar o emprego dos dêiticos sociais e das estratégias de (im)polidez linguística nas interações discursivas ocorridas nas sessões da referida comissão, investigando de que modo esses recursos se articulam na construção das relações entre os participantes.

No que tange às categorias analíticas, em relação à dêixis social, optamos pela definição e classificação apresentada por Levinson (2007), em que preconiza a existência da dêixis relacional e absoluta. Essa primeira se manifesta a partir das relações entre falante e referente, falante e destinatário, falante e espectador e falante e ambiente. Já a segunda, menos usual, pressupõe a existência de falantes autorizados. No que se refere à (im)polidez, recorremos aos estudos da Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987), à noção de *frame* de Goffman (2012) e à sistematização da impolidez linguística proposta por Culpeper (1996).

Diante disso, nossa pesquisa se valeu dos seguintes objetivos específicos: I. Analisar de que maneira os dêiticos sociais do tipo relacional foram empregados nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da chamada “PEC do aborto”, bem como descrever a distribuição quantitativa do uso desses dêiticos; II. Identificar e analisar as estratégias de (im)polidez que se manifestaram nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da chamada “PEC do aborto”, examinando o que tais estratégias revelam sobre as relações interacionais estabelecidas entre os participantes; III. Investigar como os dêiticos sociais se articulam às estratégias de (im)polidez linguística nas interações discursivas ocorridas nas sessões da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acerca da “PEC do aborto”.

Em relação à metodologia, nossa pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental, interpretativa e de natureza qualitativa. O *corpus*, como mencionamos anteriormente, é composto pelas notas taquigráficas de duas reuniões deliberativas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, realizadas nos dias 13 e 27 de novembro de 2024, nas quais se discutiu a chamada “PEC do aborto”.

A análise do nosso *corpus* se deu, inicialmente, a partir da leitura integral das notas taquigráficas da comissão supracitada, seguida da identificação dos dêiticos sociais do tipo relacional, conforme Levinson (2007) e das estratégias de (im)polidez, com base em Brown e Levinson (1987) e de Culpeper (1996). Posteriormente, procedeu-se à análise dos dêiticos

sociais em articulação com as estratégias de (im)polidez, a fim de compreender as relações estabelecidas no contexto comunicativo das reuniões da CCJ.

As análises revelaram que as expressões dêiticas sociais, que manifestam a relação entre falante e ambiente, apareceram 354 vezes em nosso *corpus*. Essa quantidade corrobora com a hipótese defendida neste trabalho de que, no ambiente em questão, a Câmara dos deputados, em razão do regimento interno e da formalidade exigida, os dêiticos sociais tendem a ser mais formais e cerimoniosos, o que não garante uma interação polida, haja vista que, muitas vezes, esses dêiticos são esvaziados, opacificados pelo uso meramente protocolar.

No que diz respeito aos dêiticos que estabelecem relação falante-destinatário, na categoria falante e presidente, houve 257 ocorrências nas notas taquigráficas. São expressões direcionadas à presidente da comissão, Caroline de Toni, muitas delas foram proferidas em agradecimento à parlamentar, em razão da concessão do tempo de fala, assim, é justificada a grande quantidade de ocorrências.

Já os dêiticos que marcaram a relação entre falante e aliado, eles surgiram em 45 turnos de fala e atuaram para estabelecer uma relação de polidez, tendo em vista o compartilhamento ideológico e o pertencimento ao mesmo alinhamento político-partidário. Algo diferente ocorreu quando a relação foi entre falante e opositor, com 64 dêiticos sociais, que, muitas vezes, foram empregados com vistas a manter o tom formal, porém, em grande parte das vezes, há impolidez.

Por fim, quando os falantes se dirigiram aos espectadores, houve onze ocorrências de dêiticos sociais que, muitas vezes, romperam com a horizontalidade presente na relação entre parlamentares e instaurou uma assimetria, haja vista que se estabeleceu a relação parlamentar-manifestante.

Com base nos resultados deste estudo, acreditamos que pesquisas futuras na área poderiam, por exemplo, ampliar a investigação, por meio de abordagens quantitativas, analisando algumas relações que podem ser estabelecidas entre os dêiticos sociais e o gênero, bem como classe social. Esses aspectos são lacunas em nossa pesquisa, haja vista que não são o objetivo do nosso trabalho, no entanto são sugestões para possíveis trabalhos.

Dessa forma, esta pesquisa mostra-se relevante à medida que une duas áreas da linguística, a Pragmática e a Linguística Textual, em uma análise que utiliza como *corpus* notas taquigráficas de reuniões da referida comissão que discutiram um tema, na nossa visão, bastante caro e necessário para a sociedade atual, que é o aborto. Assim, esperamos que nosso trabalho contribua para os estudos futuros das áreas citadas e que outros trabalhos com propósitos semelhantes surjam em breve.

REFERÊNCIAS

- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BÜHLER, K. The deitic field of language and deictic words. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) **Speech, place and action: studies in deixis and related topics**. New York: John Wiley and Sons, 1982 [1934], p. 9-30.
- BÜHLER, Karl. **Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache**. Jena: Fischer. 1934.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação: Sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- COLARES, Ana Cátia Silva de Lemos. **O caráter autônomo dos dêiticos sociais em missivas dos séculos XVIII a XX: um estudo em tradições discursivas**. Orientadora: Maria Margarete Fernandes de Sousa. 2021. 190 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- CULPEPER, J. Towards an Anatomy of Impoliteness. *Journal of Pragmatics*, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 349-367, 1996. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(95\)00014-3](https://doi.org/10.1016/0378-2166(95)00014-3)
- CULPEPER, J. Impoliteness and Entertainment in the Television Quiz Show: TheWeakest Link. **Journal of Politeness Research. Language, Behaviour, Culture**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 35-72, 2005. DOI: <http://doi.org/10.1515/jplr.2005.1.1.35>
- GALVÃO, Paulo Victor Almeida. **O fenômeno da dêixis como estratégia de persuasão em peças publicitárias**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação strictu sensu em estudos da linguagem, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1999.
- GOFFMAN, E. 2012. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis, Vozes.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.
- LEECH, G. **Principles of Pragmatics**. London: Longman, 1983.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Tradução de Luís Carlos Borgi e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEVINSON, S. C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LIMA, Fabiana Portela de. **Debates e embates: a (im)polidez linguística no julgamento do Mensalão**. Tese. (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

PEREIRA, Wilma Maria. **O uso agressivo da linguagem: um estudo discursivo-interacionista da impolidez nos comentários da internet**. Tese. – Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Minas Gerais, 2022.

REBOUÇAS, Davi de Menezes. **(Des) Cortesia em notícias sobre corrupção: atenuação intensificação no trabalho com as faces**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza-CE, 2018.

SATHLER, Erika Hoth Guerra. **(Im)polidez no julgamento do mensalão: uma análise sociointeracional**. 2015. 154 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.